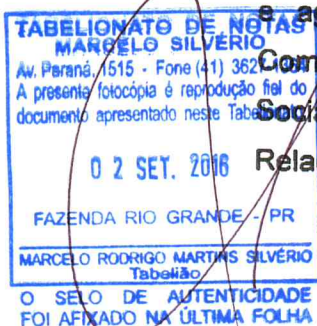


POSITIVO INFORMÁTICA S.A.
CNPJ/MF: 81.243.735/0001-48
COMPANHIA ABERTA

REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2016

1. **Data, Hora e Local:** No dia 28 de abril de 2016, às 9:00 horas, na sede Administrativa do Grupo Positivo, na Av. Cândido Hartmann, 1400, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.
2. A convocação foi efetuada por meio eletrônico, estando presentes os Conselheiros: Fernando Soares Mitri, Glem Raduy Guimarães, Pedro Santos Ripper, Carlos Augusto Moreira, Hélio Bruck Rotenberg, Samuel Ferrari Lago e Álvaro Augusto do Amaral.
3. **Mesa:** Presidente: Fernando Soares Mitri
Secretária: Alessandra de Paula Souza
4. **Ordem do dia:** a) analisar os resultados da Companhia do mês de março de 2016; b) apreciar a renúncia do Sr. Idel Iankilevich ao cargo de Diretor Vice-Presidente de Finanças.
5. **Deliberações:** Aberta a reunião, o Sr. Presidente convidou a mim, Alessandra de Paula Souza, advogada da Companhia, para secretariar a reunião e lavrar a presente ata. Passou-se então à discussão dos temas da pauta, pela ordem:
 - a) o Conselho analisou e discutiu os resultados da Companhia referentes ao mês de março de 2016;
 - b) o Conselho recebeu a renúncia apresentada nesta data pelo Sr. Idel Iankilevich, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador de RG n.º 950.002-2, inscrito no CPF/MF sob o n.º 450.697.949-49, residente e domiciliado em Curitiba/PR, Estado do Paraná ao cargo de Diretor Vice-Presidente de Finanças e agradece o Sr. Idel pelos serviços prestados e suas contribuições à Companhia durante seu mandato. De acordo com o art. 15º, § 3º do Estatuto Social, assume interinamente as funções do cargo ora vacante o Diretor de Relações com Investidores, Sr. Lincon Lopes Ferraz, brasileiro, solteiro,



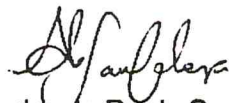
[Handwritten signature]

Relações com Investidores, Sr. Lincon Lopes Ferraz, brasileiro, solteiro, economista, portador de RG n.º 35.366.338-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 318.897.678-08, residente e domiciliado em Curitiba/PR até nova deliberação;

6. Autorizar a lavratura desta Ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76.
7. Nada mais tratado lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada por mim Secretária e pelos Conselheiros da Companhia.

Curitiba, 28 de abril de 2016.

Autenticação da Mesa:



Alessandra de Paula Souza
Secretária



DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR:
345694016

Documento emitido em 02/06/2016 09:04:28.

Diário Oficial Com. Ind. e Serviços
Nº 9710 | 02/06/2016 | PÁG. 40Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE, www.imprensaoficial.pr.gov.br

Data, Hora e Local: em 29 de abril de 2016, à Companhia, localizada na Rua Senador Accioly Curitiba, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná de convocação publicados nos termos do § 1º 15.12.1976 ("LSA"), nos jornais "O Estado de S. Oficial do Estado do Paraná nos dias 11, 12, 13 e Administração, Balanço Patrimonial, Demons Auditores Independentes, todos com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, foram publicados nos jornais "O Estado de São Paulo" e "Metrópole" em 29 de março de 2016 e no Diário Oficial do Estado do Paraná em 30 de março de 2016. Foram igualmente divulgados ao mercado, por meio dos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários, da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e no *website* de relação com os investidores da Companhia, os documentos exigidos nos termos da Instrução CVM nº 481/2009. **Presenças:** (i) presentes acionistas representando mais de 2/3 do capital social total e votante da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas; (ii) representante da Administração da Companhia, Sr. Lincon Lopes Ferraz; e (iii) representante da Deloitte Touche Tohmatsu, auditores independentes da Companhia, Sr. Bernardo Calabria Etcheverry e Arinei Luis Gebert. **Mesa:** Foi eleito, por unanimidade, para ser o Presidente da Mesa o Sr. Hélio Bruck Rotenberg, que convidou a Sra. Alessandra de Paula Souza para ser a Secretária desta Assembleia. **Leitura de Documentos:** Aprovada, por unanimidade, a dispensa da leitura dos documentos relacionados à ordem do dia desta Assembleia Geral, uma vez que referidos documentos são do inteiro conhecimento dos acionistas da Companhia. **Ata em Forma de Sumário:** Aprovada, por unanimidade, a lavratura desta ata em forma de sumário e publicação com omissão das assinaturas, conforme autorizam os §§ 1º e 2º do artigo 130 da LSA. **Recebimento de Votos:** as declarações de voto, protestos e dissidências porventura apresentadas serão numeradas, recebidas e autenticadas pela Mesa e ficarão arquivadas na sede da Companhia, nos termos do disposto no § 1º do artigo 130 da LSA. **Ordem do Dia:** deliberar sobre a (i) aprovação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015; (ii) proposta de remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2016; e (iii) proposta de reeleição dos membros do Conselho de Administração. **Deliberações:** As seguintes deliberações foram tomadas pelos presentes, com abstenção dos legalmente impedidos e daqueles expressamente indicados, quando aplicável: (i) Aprovar, por unanimidade dos votos dos presentes, com as abstenções legais, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes; (ii) Fixar, por unanimidade dos votos presentes, com as abstenções legais, o valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia em até R\$ 9.492.733,97 (nove milhões, quatrocentos e noventa e dois mil e setecentos e trinta e três reais e noventa e sete centavos), para o exercício social de 2016; (iii) Por maioria dos votos presentes e com abstenções legais, para mandato de 01 (um) ano, (i) reeleger o Sr. Fernando Soares Mitri, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 380.504 - SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 001.681.739-72, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba,

Mazetto Baggio, nº 120, apto. 2001, Bairro do Conselheiro Independente e Presidente do eleger o Sr. Pedro Santos Ripper, brasileiro, teira de Identidade RG nº 08497980-6 - SSP/RJ 77.917-71, residente e domiciliado na Cidade do reiro, com escritório na Rua Henrique Dumont, o Independente; e (iii) reeleger os Srs. Hélio Bruck Rotenberg, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.217.176-5 - SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 428.804.249-68, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Rua Senador Accioly Filho, nº 1021, Bairro Cidade Industrial de Curitiba, CEP 81310-000, como Conselheiro; Carlos Augusto Moreira, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador de cédula de identidade RG nº 5.308.886-4 SSP/PR, nscrito no CPF sob o nº 024.186.289-22, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Rua Senador Accioly Filho, nº 1021, Bairro Cidade Industrial de Curitiba, CEP 81310-00. como Conselheiro; Samuel Ferrari Lago, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade RG nº 3.668.497-6 - SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 599.964.209-49, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Avenida Nossa Senhora Aparecida, nº 174, Bairro Seminário, CEP 80440-120, como Conselheiro; Álvaro Augusto do Amaral, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 618.233 - SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 075.825.799-68, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Avenida Cândido Hartmann, nº 1400, Bairro Bigorrihlo, CEP 80710-570, como Conselheiro; e Glem Raduy Guimarães, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.529.538-4 e inscrito no CPF/MF sob o nº 755.250.039-53, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Avenida Cândido Hartmann, nº 1400, Bairro Bigorrihlo, CEP 80710- 570, como Conselheiro. Os Srs. Fernando Soares Mitri e Pedro Santos Ripper são Conselheiros Independentes, estando devidamente atendido o percentual mínimo de 20% dos conselheiros exigido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Os conselheiros tomarão posse assinando os respectivos termos de posse no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. Os acionistas declararam ter obtido a informação dos Conselheiros ora eleitos, de que estão em condições de firmar a declaração de que trata a Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002. A posse dos membros do Conselho de Administração está condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência, aludido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA. **Documentos Arquivados:** Todos os documentos aqui mencionados, devidamente rubricados pelos integrantes da Mesa e posteriormente anexados à ata, ficarão arquivados na sede da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Curitiba, 29 de abril de 2016. Confere com a original lavrada em livro próprio. Alessandra de Paula Souza - Secretária da Mesa. **Junta Comercial do Paraná - Certifico** o registro em: 09/05/2016, sob número: 20161928862, Protocolo: 16/192886-2, de 05/05/2016. Libertad Bogus - Secretária Geral.

47305/2016

Positivo Informática S.A.

CNPJ/MF: 81.243.735/0001-48

Companhia Aberta

Reunião do Conselho de Administração Realizada em 28 de Abril de 2016

1. Data, Hora e Local: No dia 28 de abril de 2016, às 9:00 horas, na sede Administrativa do Grupo Positivo, na Av. Cândido Hartmann, 1400, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná. **2. A convocação** foi efetuada por meio eletrônico, estando presentes os Conselheiros: Fernando Soares Mitri, Glem Raduy Guimarães, Pedro Santos Ripper, Carlos Augusto Moreira, Hélio Bruck Rotenberg, Samuel Ferrari Lago e Álvaro Augusto do Amaral. **3. Mesa:** Presidente: Fernando Soares Mitri. Secretária: Alessandra de Paula Souza. **4. Ordem do dia:** a) analisar os resultados da Companhia do mês de março de 2016; b) apreciar a renúncia do Sr. Idel Iankilevich ao cargo de Diretor Vice-Presidente de Finanças. **5. Deliberações:** Aberta a reunião, o Sr. Presidente convidou a mim, Alessandra de Paula Souza, advogada da Companhia, para secretariar a reunião e lavrar a presente ata. Passou-se então à discussão dos temas da pauta, pela ordem: a) o Conselho analisou e discutiu os resultados da Companhia referentes ao mês de março de 2016; b) o Conselho recebeu a renúncia apresentada nesta data pelo Sr. Idel Iankilevich, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador de RG nº 950.002-2, inscrito no CPF/MF sob o nº 450.697.949-49, residente e domiciliado em Curitiba/PR, Estado do Paraná ao cargo de Diretor Vice-Presidente de Finanças e agradece o Sr. Idel pelos serviços prestados e suas contribuições à Companhia durante seu mandato. De acordo com o art. 15º, § 3º do Estatuto Social, assume interinamente as funções do cargo ora vacante o Diretor de Relações com Investidores, Sr. Lincon Lopes Ferraz, brasileiro, solteiro, Relações com Investidores, Sr. Lincon Lopes Ferraz, brasileiro, solteiro, economista, portador de RG nº 35.366.338-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 318.897.678-08, residente e domiciliado em Curitiba/PR até nova deliberação; **6. Autorizar** a lavratura desta Ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **7. Nada** mais tratado lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada por mim Secretária e pelos Conselheiros da Companhia. Curitiba, 28 de abril de 2016. **Autenticação da Mesa:** Alessandra de Paula Souza - Secretária. **Junta Comercial do Paraná - Certifico** o registro em: 11/05/2016, sob número: 20161931464, Protocolo: 16/193146-4, de 09/05/2016. Libertad Bogus - Secretária Geral.

47301/2016

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

J K Indústria e Revestimentos EIRELI - ME torna público que irá requerer ao IAP, a Licença Prévia para Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas a ser implantada na Rodovia PR 323, 6869, Parque Industrial, Umuarama-PR.

47488/2016

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

Mosaic Fertilizantes do Brasil torna público que irá requerer ao IAP, a Renovação da Licença de Operação para Mistura e ensacamento de fertilizantes-adubos instalada Avenida Senador Attilio da Fontana, 1.501 - Parque São João - Paranaguá.

47303/2016

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

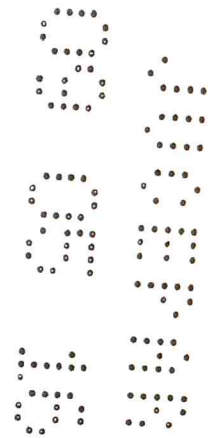
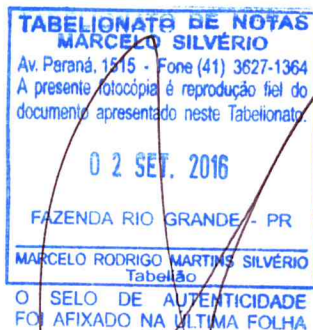
O. DE PAULA VIEIRA NETO, CNPJ: 11306568/0001-51 torna público que irá requerer ao IAP, a Licença Simplificada para a atividade de produção de composto orgânico para paisagismo a ser implantada Fazenda Bela Vista, Bairro: Cruzeiro no Município de Conselheiro Mairinck /PR..

46518/2016

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

O Sr. Antonio Selso Rufatto e Marcio Rufatto torna público que irá requerer ao IAP, a Licença Simplificada para atividade de Bovinocultura de Leite Compost Barn a ser implantada na Comunidade de Linha Vitoria, Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná..

47079/2016



POSITIVO INFORMÁTICA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 81.243.735/0001-48
NIRE 41.300.071.977

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016**

DATA, HORA E LOCAL: em 29 de abril de 2016, às 09h00, na sede administrativa da Companhia, localizada na Rua Senador Accioly Filho, 1021, Cidade Industrial de Curitiba, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

PUBLICAÇÕES PRÉVIAS: anúncios de convocação publicados nos termos do §1º do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15.12.1976 (“LSA”), nos jornais “O Estado de São Paulo”, “Metrópole” e no Diário Oficial do Estado do Paraná nos dias 11,12,13 e 14 de abril de 2016. O Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstrações Financeiras e parecer dos Auditores Independentes, todos com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, foram publicados nos jornais “O Estado de São Paulo” e “Metrópole” em 29 de março de 2016 e no Diário Oficial do Estado do Paraná em 30 de março 2016.

Foram igualmente divulgados ao mercado, por meio dos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários, da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e no *website* de relação com os investidores da Companhia, os documentos exigidos nos termos da Instrução CVM nº 481/2009.

PRESENCAS: (i) presentes acionistas representando mais de 2/3 do capital social total e votante da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas; (ii) representante da Administração da Companhia, Sr. Lincon Lopes Ferraz; e (iii) representante da Deloitte Touche Tohmatsu, auditores independentes da Companhia, Sr. Bernardo Calabria Etcheverry e Arinei Luis Gebert.

MESA: Foi eleito, por unanimidade, para ser o Presidente da Mesa o Sr. Hélio Bruck Rotenberg, que convidou a Sra. Alessandra de Paula Souza para ser a Secretária desta Assembleia.



LEITURA DE DOCUMENTOS: Aprovada, por unanimidade, a dispensa da leitura dos documentos relacionados à ordem do dia desta Assembleia Geral, uma vez que referidos documentos são do inteiro conhecimento dos acionistas da Companhia.

ATA EM FORMA DE SUMÁRIO: Aprovada, por unanimidade, a lavratura desta ata em forma de sumário e publicação com omissão das assinaturas, conforme autorizam os §§ 1º e 2º do artigo 130 da LSA.

RECEBIMENTO DE VOTOS: as declarações de voto, protestos e dissidências porventura apresentadas serão numeradas, recebidas e autenticadas pela Mesa e ficarão arquivadas na sede da Companhia, nos termos do disposto no §1º do artigo 130 da LSA.

ORDEM DO DIA: deliberar sobre a (i) aprovação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015; (ii) proposta de remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2016; e (iii) proposta de reeleição dos membros do Conselho de Administração.

DELIBERAÇÕES: As seguintes deliberações foram tomadas pelos presentes, com abstenção dos legalmente impedidos e daqueles expressamente indicados, quando aplicável:

(i) Aprovar, por unanimidade dos votos dos presentes, com as abstenções legais, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes;

(ii) Fixar, por unanimidade dos votos presentes, com as abstenções legais, o valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia em até R\$ 9.492.733,97 (nove milhões, quatrocentos e noventa e dois mil e setecentos e trinta e três reais e noventa e sete centavos), para o exercício social de 2016;



(iii) Por maioria dos votos presentes e com abstenções legais, para mandato de 01 (um) ano, (i) reeleger o Sr. **Fernando Soares Mitri**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 380.504 – SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 001.681.739-72, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Luiza Mazetto Baggio, nº 120, apto. 2001, Bairro Mossunguê, CEP 81200-600, como Conselheiro Independente e Presidente do Conselho de Administração; (ii) reeleger o Sr. **Pedro Santos Ripper**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 08497980-6 – SSP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 012.277.917-71, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Rua Henrique Dumont, nº 21, apto. 202, como Conselheiro Independente; e (iii) reeleger os Srs. **Hélio Bruck Rotenberg**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.217.176-5 – SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 428.804.249-68, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Rua Senador Accioly Filho, nº 1021, Bairro Cidade Industrial de Curitiba, CEP 81310-000, como Conselheiro; **Carlos Augusto Moreira**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador de cédula de identidade RG n.º 5.308.886-4 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 024.186.289-22, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Rua Senador Accioly Filho, nº 1021, Bairro Cidade Industrial de Curitiba, CEP 81310-00, como Conselheiro; **Samuel Ferrari Lago**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade RG nº 3.668.497-6 – SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 599.964.209-49, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Avenida Nossa Senhora Aparecida, nº 174, Bairro Seminário, CEP 80440-120, como Conselheiro; **Álvaro Augusto do Amaral**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 618.233 – SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 075.825.799-68, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Avenida Cândido Hartmann, nº 1400, Bairro Bigorrihlo, CEP 80710- 570, como Conselheiro; e **Giem Raduy Guimarães**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG n.º 1.529.538-4 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 755.250.039-53, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Avenida Cândido Hartmann, nº 1400, Bairro Bigorrihlo, CEP 80710- 570, como Conselheiro.

Os Srs. **Fernando Soares Mitri** e **Pedro Santos Ripper** são Conselheiros Independentes, estando devidamente atendido o percentual mínimo de 20% dos



conselheiros exigido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Os conselheiros tomarão posse assinando os respectivos termos de posse no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. Os acionistas declararam ter obtido a informação dos Conselheiros ora eleitos, de que estão em condições de firmar a declaração de que trata a Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002. A posse dos membros do Conselho de Administração está condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência, aludido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

DOCUMENTOS ARQUIVADOS: Todos os documentos aqui mencionados, devidamente rubricados pelos integrantes da Mesa e posteriormente anexados à ata, ficarão arquivados na sede da Companhia.

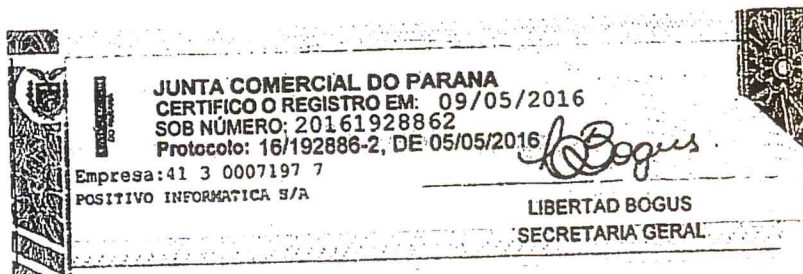
ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes.

Curitiba, 29 de abril de 2016.

Confere com a original lavrada em livro próprio.

Alessandra de Paula Souza

Secretária da Mesa



Positivo Informática S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 81.243.735/0001-48 - NIRE 41.300.071.977

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 29 de Abril de 2016

Data, Hora e Local: em 29 de abril de 2016, às 09h00, na sede administrativa da Companhia, localizada na Rua Senador Accioly Filho, 1021, Cidade Industrial de Curitiba, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná. **Publicações Prévias:** anúncios de convocação publicados nos termos do §1º do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15.12.1976 ("LSA"), nos jornais "O Estado de São Paulo", "Metrópole" e no Diário Oficial do Estado do Paraná nos dias 11, 12, 13 e 14 de abril de 2016. O Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstrações Financeiras e parecer dos Auditores Independentes, todos com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, foram publicados nos jornais "O Estado de São Paulo" e "Metrópole" em 29 de março de 2016 e no Diário Oficial do Estado do Paraná em 30 de março 2016. Foram igualmente divulgados ao mercado, por meio dos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários, da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e no *website* de relação com os investidores da Companhia, os documentos exigidos nos termos da Instrução CVM nº 481/2009. **Presenças:** (i) presentes acionistas representando mais de 2/3 do capital social total e votante da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas; (ii) representante da Administração da Companhia, Sr. Lincon Lopes Ferraz; e (iii) representante da Deloitte Touche Tohmatsu, auditores independentes da Companhia, Sr. Bernardo Calabria Etcheverry e Arinei Luis Gebert. **Mesa:** Foi eleito, por unanimidade, para ser o Presidente da Mesa o Sr. Hélio Bruck Rotenberg, que convidou a Sra. Alessandra de Paula Souza para ser a Secretária desta Assembleia. **Leitura de Documentos:** Aprovada, por unanimidade, a dispensa da leitura dos documentos relacionados à ordem do dia desta Assembleia Geral, uma vez que referidos documentos são do inteiro conhecimento dos acionistas da Companhia. **Ata em Forma de Sumário:** Aprovada, por unanimidade, a lavratura desta ata em forma de sumário e publicação com omissão das assinaturas, conforme autorizam os §§ 1º e 2º do artigo 130 da LSA. **Recebimento de Votos:** as declarações de voto, protestos e dissidências porventura apresentadas serão numeradas, recebidas e autenticadas pela Mesa e ficarão arquivadas na sede da Companhia, nos termos do disposto no §1º do artigo 130 da LSA. **Ordem do Dia:** deliberar sobre a (i) aprovação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015; (ii) proposta de remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2016; e (iii) proposta de reeleição dos membros do Conselho de Administração. **Deliberações:** As seguintes deliberações foram tomadas pelos presentes, com abstenção dos legalmente impedidos e daqueles expressamente indicados, quando aplicável: (i) Aprovar, por unanimidade dos votos dos presentes, com as abstenções legais, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes; (ii) Fixar, por unanimidade dos votos presentes, com as abstenções legais, o valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia em até RS 9.492.733,97 (nove milhões, quatrocentos e noventa e dois mil e setecentos e trinta e três reais e noventa e sete centavos), para o exercício social de 2016; (iii) Por maioria dos votos presentes e com abstenções legais, para mandato de 01 (um) ano, (i) reeleger o Sr. **Fernando Soares Mitri**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 380.504 - SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 001.681.739-72, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba,

Estado do Paraná, na Rua Luiza Mazetto Baggio, nº 120, apto. 2001, Bairro Mossunguê, CEP 81200-600, como Conselheiro Independente e Presidente do Conselho de Administração; (ii) reeleger o Sr. **Pedro Santos Ripper**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 08497980-6 - SSP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 012.277.917-71, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Rua Henrique Dumont, nº 21, apto. 202, como Conselheiro Independente; e (iii) reeleger os Srs. **Hélio Bruck Rotenberg**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.217.176-5 - SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 428.804.249-68, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Rua Senador Accioly Filho, nº 1021, Bairro Cidade Industrial de Curitiba, CEP 81310-000, como Conselheiro; **Samuel Ferrari Lago**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade RG nº 3.668.497-6 - SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 599.964.209-49, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Avenida Nossa Senhora Aparecida, nº 174, Bairro Seminário, CEP 80440-120, como Conselheiro; **Álvaro Augusto do Amaral**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 618.233 - SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 075.825.799-68, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Avenida Cândido Hartmann, nº 1400, Bairro Bigorrihlo, CEP 80710-570, como Conselheiro; e **Giem Raduy Guimarães**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.529.538-4 e inscrito no CPF/MF sob o nº 755.250.039-53, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com escritório na Avenida Cândido Hartmann, nº 1400, Bairro Bigorrihlo, CEP 80710-570, como Conselheiro. Os Srs. **Fernando Soares Mitri** e **Pedro Santos Ripper** são Conselheiros Independentes, estando devidamente atendido o percentual mínimo de 20% dos conselheiros exigido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Os conselheiros tomarão posse assinando os respectivos termos de posse no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. Os acionistas declararam ter obtido a informação dos Conselheiros ora eleitos, de que estão em condições de firmar a declaração de que trata a Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002. A posse dos membros do Conselho de Administração está condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência, aludido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA. **Documentos Arquivados:** Todos os documentos aqui mencionados, devidamente rubricados pelos integrantes da Mesa e posteriormente anexados à ata, ficarão arquivados na sede da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Curitiba, 29 de abril de 2016. Confere com a original lavrada em livro próprio. Alessandra de Paula Souza - Secretária da Mesa. **Junta Comercial do Paraná** - Certifico o registro em: 09/05/2016, sob número: 20161928862, Protocolo: 16/192886-2, de 05/05/2016. Libertad Bogus - Secretária Geral.

47305/2016

Positivo Informática S.A.

CNPJ/MF: 81.243.735/0001-48

Companhia Aberta

Reunião do Conselho de Administração Realizada em 28 de Abril de 2016
1. Data, Hora e Local: No dia 28 de abril de 2016, às 9:00 horas, na sede Administrativa do Grupo Positivo, na Av. Cândido Hartmann, 1400, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná. **2. A convocação** foi efetuada por meio eletrônico, estando presentes os Conselheiros: Fernando Soares Mitri, Giem Raduy Guimarães, Pedro Santos Ripper, Carlos Augusto Moreira, Hélio Bruck Rotenberg, Samuel Ferrari Lago e Álvaro Augusto do Amaral. **3. Mesa:** Presidente: Fernando Soares Mitri. Secretária: Alessandra de Paula Souza. **4. Ordem do dia:** a) analisar os resultados da Companhia do mês de março de 2016; b) apreciar a renúncia do Sr. Idel Iankilevich ao cargo de Diretor Vice-Presidente de Finanças. **5. Deliberações:** Aberta a reunião, o Sr. Presidente convidou a mim, Alessandra de Paula Souza, advogada da Companhia, para secretariar a reunião e lavar a presente ata. Passou-se então à discussão dos temas da pauta, pela ordem: **a)** o Conselho analisou e discutiu os resultados da Companhia referentes ao mês de março de 2016; **b)** o Conselho recebeu a renúncia apresentada nesta data pelo Sr. Idel Iankilevich, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador de RG nº 950.002-2, inscrito no CPF/MF sob o nº 450.697.949-49, residente e domiciliado em Curitiba/PR, Estado do Paraná ao cargo de Diretor Vice-Presidente de Finanças e agradece o Sr. Idel pelos serviços prestados e suas contribuições à Companhia durante seu mandato. De acordo com o art. 15º, § 3º do Estatuto Social, assume interinamente as funções de Relações com Investidores, Sr. Lincon Lopes Ferraz, Sr. Lincon Lopes Ferraz, portador de RG nº 35.366.338-4 SSP/PR nº 318.897.678-08, residente e domiciliado em Caxambu, SP. **6. Autorizar** a lavratura desta Ata em formulário 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **7. Nada mais** lida, aprovada e assinada por mim Secretária e lavrada. Curitiba, 28 de abril de 2016. **Autenticada** por Alessandra de Paula Souza - Secretária. **Junta Comercial do Paraná** - Certifico o registro em: 09/05/2016, sob número: 20161931464, de 09/05/2016. Libertad Bogus - Secretária Geral.

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

J K Industria e Vestimentos EIRELI - ME torna público que irá requerer ao IAP, a Licença Prévia para Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas a ser implantada na Rodovia PR 323, 6869, Parque Industrial, Umuarama-PR.

47488/2016

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

Mosaic Fertilizantes do Brasil torna público que irá requerer ao IAP, a Renovação da Licença de Operação para Mistura e ensacamento de fertilizantes-adubos instalada Avenida Senador Atilio da Fontana, 1.501 - Parque São João - Paranaguá.

47303/2016

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

O. DE PAULA VIEIRA NETO, CNPJ: 11306568/0001-51 torna público que irá requerer ao IAP, a Licença Simplificada para a atividade de produção de composto orgânico para paisagismo a ser implantada Fazenda Bela Vista, Bairro: Cruzeiro no Município de Conselheiro Mairinck /PR.

46518/2016

DOCUMENTO CERTIFICADO**CÓDIGO LOCALIZADOR:**
345674016

Documento emitido em 02/06/2016 09:03:16.

Diário Oficial Com. Ind. e Serviços
Nº 9710 | 02/06/2016 | PÁG. 40Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE: www.imprensaoficial.pr.gov.br**SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA**

Marcio Rufatto torna público que irá requerer ao IAP, a Licença Simplificada para a atividade de Bovinocultura de Leite Compost unidade de Linha Vitoria, Município de Bom Retiro do Sul.

47301/2016

47079/2016



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página: 001/001

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial POSITIVO INFORMÁTICA S.A	
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE: 41 3 0007197-7	
Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANÔNIMA ABERTA	
Filial(ais) nesta Unidade da Federação	
1 - NIRE: 13 9 0022266-3 CNPJ: 81.243.735/0019-77	
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP) RUA JAVARI, 1255 e LOTE 257-B, DISTRITO INDUSTRIAL, MANAUS, AM, 69.075-110	
Último Arquivamento	Situação
Data: 19/11/2015	REGISTRO ATIVO
Número: 514898	
Ato: OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO	
Evento(s): ALTERACAO DE FILIAL COM SEDE EM OUTRA UF	

MANAUS - AM, 22 de dezembro de 2016



MILTON AURELIO ROSAS GOMES
SECRETÁRIO GERAL





GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página: 001/004

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial POSITIVO INFORMATICA S/A			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANÔNIMA ABERTA			
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede) 41 3 0007197-7	CNPJ 81.243.735/0001-48	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo 26/05/1989	Data de Início de Atividade 12/04/2011
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP) RUA JOÃO BETTEGA, 5200, CIDADE INDUSTRIAL, CURITIBA, PR, 81.270-050			
Objeto Social A) A INDUSTRIALIZAÇÃO , COMERCIALIZAÇÃO , LOCAÇÃO E ASSISTENCIA TECNICA DE BENS E EQUIPAMEMNTOS DE QUALQUER NATUREZA NA AREA DE INFORMATICA E ELTRO-ELETRONICA B) O DESENVOLVIMENTO COMERCIALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE SOFTWARES E SISTEMAS DIVERSOS C) A INDUSTRIALIZAÇÃO , COMERCIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS TECNOLOGICOS NA AREA DE INFORMATICA E ELETRO-ELETRONICO D) A REPRESENTAÇÃO , COMERCIALIZAÇÃO , PLANEJAMENTOS , IMPLANTAÇÃO , TREINAMENTO , SUPORTE TECNICO,SUPORTE PEDAGOGICO E ASSISTENCIA TECNICA DE EQUIPAMEMNTOS , LABORATORIOS E MOBILIARIOS DE INFORMATICA , FRANQUIAS , SISTEMAS DE APLICAÇÃO PEDAGOGICAS , SISTEMAS DE ADIMINISTRAÇÃO ESCOLAR E SISTEMAS DIDATICOS DE ENSINO E) A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA AREA DE INFORMATICA F) A COMERCIALIZAÇÃO OU CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS , PROPRIOS E DE TERCEIROS G) A EDITORAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS H) A PARTICIPAÇÃO SOCIETARIA EM EMPRESAS E OU EMPREENDIMENTOS DE QUALQUER NATUREZA , QUE TENHAM OU NÃO OBJETO SOCIAL IDENTICO AO DA COMPANHIA .			
Capital Social R\$ 389.000.000,00 (TREZENTOS E OITENTA E NOVE MILHOES DE REAIS)		Prazo de Duração	
Capital Integralizado R\$ 389.000.000,00 (TREZENTOS E OITENTA E NOVE MILHOES DE REAIS)		Indeterminado	
Diretoria/Término Mandato/Cargo Nome/CPF MARIELVA ANDRADE SILVA DIAS 450.779.329-72 CARLOS AUGUSTO MOREIRA 024.186.289-22 MAURICIO ROORDA 040.910.698-43 LINCON LOPES FERRAZ 318.897.678-08 ELAINE CAMARGO ROGINSKI GUETTER 544.853.209-87 LINCON LOPES FERRAZ 318.897.678-08 HELIO BRUCK ROTENBERG 428.804.249-68	Término Mandato XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	Cargo DIRETORA VICE-PRESIDENTE DE OPERAÇÕES DIRETOR VICE PRESIDENTE EXECUTIVO DIRETOR VICE PRESIDENTE DE NOVOS PRODUTOS E DE PROCUREMENT DIRETOR VICE PRESIDENTE DIRETORA VICE-PRESIDENTE DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES DIRETOR PRESIDENTE	

CURITIBA - PR, 14 de dezembro de 2016

16/820950-0

LIBERTAD BOGUS
SECRETARIA GERAL





GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

Continuação

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página: 002/004

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial POSITIVO INFORMATICA S/A		
Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANÔNIMA ABERTA		
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede) 41 3 0007197-7	CNPJ 81.243.735/0001-48	
Ultimo arquivamento Data: 08/11/2016 Número: 20166665266 Ato: ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO Evento:	Situação REGISTRO ATIVO	Status XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Filial(ais) neste unidade da federação ou fora dela		
- NIRE: 41 9 0018443-8 CNPJ: 81.243.735/0002-29		
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, Pais) RUA SENADOR ACCIOLY FILHO, 1021, CIDADE INDUSTRIAL, CURITIBA, PR, BRASIL		
- NIRE: 41 9 0053742-0 CNPJ: 81.243.735/0007-33		
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, Pais) AVENIDA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 50 e SUBSOLOS E ANDARES 1,2 E 3, CENTRO, CURITIBA, PR, 80.020-090, BRASIL		
- NIRE: 41 9 0083222-7 CNPJ:		
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, Pais) RUA SEMEADOR, 439 e PARQUE DO SOFTWARE, CIC, CURITIBA, PR, 81.270-050, BRASIL		
- NIRE: 41 9 0099183-0 CNPJ:		
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, Pais) DUNHWA SOUTH ROAD, 38 e 9F, SECTION 2, TAIPEI, CHINA, REPÚBLICA POPULAR		
- NIRE: 41 9 0142332-1 CNPJ:		
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, Pais) 7F, 19-2 e SANCHONG ROAD, NANGANG DISTRICT, TAIPEI 115, BRASIL		
- NIRE: 41 9 0143765-8 CNPJ:		
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, Pais) AV. CANDIDO DE ABREU, 127 e CA 104, CENTRO CIVICO, CURITIBA, PR, 80.530-000, BRASIL		
- NIRE: 41 9 0144169-8 CNPJ:		
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, Pais) RUA PROFESSOR PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 600 e QUIOSQUE QIM-215, MOSSUNGUÊ, CURITIBA, PR, 81.200-100, BRASIL		
- NIRE: CNPJ: 81.243.735/0019-77		
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, Pais) RUA JAVARI, 1255 e LOTE 257-B, DISTRITO INDUSTRIAL, MANAUS, AM, 69.075-110, BRASIL		
- NIRE: CNPJ: 81.243.735/0009-03		
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, Pais) RUA ROTARY, 67, CIDADE NOVA, ILHÉUS, BA, BRASIL		

16/820950-0

CURITIBA - PR, 14 de dezembro de 2016

LIBERTAD BOGUS
SECRETARIA GERAL

4



GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

Continuação

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página: 003/004

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial POSITIVO INFORMATICA S/A		
Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANÔNIMA ABERTA		
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede) 41 3 0007197-7	CNPJ 81.243.735/0001-48	
Filial(ais) neste unidade da federação ou fora dela		
- NIRE: 23 9 0035411-8 CNPJ: 81.243.735/0014-62		
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, Pais) RUA CONEGO LIMA SUCUPIRA, 1340 e SALA A, SERRINHA, FORTALEZA, CE, BRASIL		
- NIRE: CNPJ:		
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, Pais) AV. WASHINGTON SOARES, 4335 e QUIOSQUE QT04M, SAPIRANGA, FORTALEZA, CE, 60.833-005, BRASIL		
- NIRE: CNPJ: 81.243.735/0008-14		
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, Pais) SCLN, 214 e BL C LOJAS 20/24/32 EDIFÍCIO PORTINARI CENTER, BRASÍLIA, DF, BRASIL		
- NIRE: CNPJ:		
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, Pais) SDN, BLOCO UNICO 2º PISO - QUIOSQUE QP2-03, ASA NORTE, BRASÍLIA, DF, 70.077-900, BRASIL		
- NIRE: 54 9 0020699-8 CNPJ: 81.243.735/0010-39		
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, Pais) RUA RUI BARBOSA, 1003, CAMPO GRANDE, MS, BRASIL		
- NIRE: CNPJ:		
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, Pais) RUA SANTA RITA DURÃO, 20 e SALAS 1701 A 1707, FUNCIONÁRIOS, BELO HORIZONTE, MG, 30.140-110, BRASIL		
- NIRE: 15 9 0028301-0 CNPJ: 81.243.735/0012-09		
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, Pais) AV. ALCINDO CANCELA, 2677 e SALA 01, CREMAÇÃO, BELÉM, PA, BRASIL		
- NIRE: CNPJ:		
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, Pais) RUA PADRE CARAPUCEIRO, 777 e QUIOSQUE SPI.6, BOA VIAGEM, RECIFE, PE, 51.020-900, BRASIL		
- NIRE: CNPJ:		
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, Pais) AV. PASTOR MARTIN LUTHER KING JUNIOR, 126 e QUIOSQUE QT - 13, DEL CASTILHO, RIO DE JANEIRO, RJ, 20.765-000, BRASIL		
- NIRE: CNPJ:		
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, Pais) AV. SENADOR SALGADO FILHO, 2234 e QUIOSQUE QT- 26, CANDELARIA, NATAL, RN, 59.064-900, BRASIL		

CURITIBA - PR, 14 de dezembro de 2016

16/820950-0

LIBERTAD BOGUS
SECRETARIA GERAL



GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
SISTEMA INTEGRADO DE AUTOMAÇÃO DO REGISTRO MERCANTIL - SIARCO

Continuação

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página: 004/004

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial POSITIVO INFORMATICA S/A		
Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANÔNIMA ABERTA		
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede) 41 3 0007197-7	CNPJ 81.243.735/0001-48	
Filial(ais) neste unidade da federação ou fora dela		
- NIRE: 11 9 0011031-6 CNPJ: 81.243.735/0013-81		
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, Pais) AV. CAMPOS SALES, 2665 e SALA 03, CENTRO, PORTO VELHO, RO, BRASIL		
- NIRE: CNPJ:		
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, Pais) AVENIDA MINISTRO VICTOR KONDER, 43 e SALA 8, CENTRO, ITAJAÍ, SC, 88.301-700, BRASIL		
- NIRE: CNPJ:		
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, Pais) AV GUILHERME CAMPOS, 500 e TERREO QUIOSQUE MIK 740, JARDIM SANTA GENEBRA, CAMPINAS, SP, 13.087-901, BRASIL		
- NIRE: CNPJ:		
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, Pais) RODOVIA ANHANGUERA, KM52 + 350M E RODOVIA PRESIDENTE TANCREDO, NEVES KM 58, SALA E17, CASTANHO, JUNDIAÍ, SP, 13.203-850, BRASIL		
- NIRE: CNPJ:		
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, Pais) AV. INDUSTRIAL, 600 e QUIOSQUE QT-43, JARDIM SANTO ANDRE, SANTO ANDRÉ, SP, 09.080-500, BRASIL		
- NIRE: 35 9 0154068-3 CNPJ: 81.243.735/0003-00		
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, Pais) RUA VERGUEIRO (4416/4420), 4416, VILA MARIANA, SÃO PAULO, SP, 04.102-002, BRASIL		
- NIRE: 35 9 0311178-0 CNPJ: 81.243.735/0015-43		
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, Pais) RUA GOMES DE CARVALHO, 1327 e 1329 - 1º ANDAR CONJ 11/12, VILA OLÍMPIA, SÃO PAULO, SP, 04.547-005, BRASIL		
- NIRE: CNPJ:		
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, Pais) AV. IBIRAPUERA, 3103 e PISO CAMPO BELO SUCS 84/85, MOEMA, SÃO PAULO, SP, 04.029-902, BRASIL		
- NIRE: CNPJ:		
Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP, Pais) AVENIDA REBOUÇAS, 3970 e QUIOSQUE Q31 - 1 PISO, PINHEIROS, SÃO PAULO, SP, 05.402-600, BRASIL		

CURITIBA - PR, 14 de dezembro de 2016

16/820950-0

LIBERTAD BOGUS
SECRETARIA GERAL



GOVERNO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE DO ICMS

CARTÃO DE INSCRIÇÃO DO CONTRIBUINTE

INSCRIÇÃO 06.200.590-1 C.N.P.J 81.243.735/0019-77 VIA 9

RAZÃO OU DENOMINAÇÃO SOCIAL
POSITIVO INFORMATICA S/A

NOME FANTASIA

REGIME Normal CADASTRAMENTO 04/03/2008 EMISSÃO 24/11/2015 VALIDADE 24/11/2017

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA NA AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS

ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO
Rua JAVARI, Nº: 1255, LOTE 257-B, DISTRITO INDUSTRIAL I, CEP:
69075110, MANAUS, AMAZONAS

ATIVIDADE ECONÔMICA NA SEFAZ
2621-3/00 - Fabricação de equipamentos de informática, desde
04/03/2008

OBSERVAÇÃO
Bens Finais (Art. 13 da Lei nº 2.826/03)

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO

001448373920762

TABELIONATO DE NOTAS
MARCELO SILVÉRIO
Av. Paraná, 1503 - Fone (41) 3627-1364
A presente fotocópia é reprodução fiel do
documento apresentado neste Tabelionato.

28 NOV. 2016





PREFEITURA DE MANAUS
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO E CONTROLE INTERNO - SEMEF
ALVARÁ PROVISÓRIO
VÁLIDO ATÉ 03/03/2017

DADOS DO CONTRIBUINTE

Razão Social:	POSITIVO INFORMATICA S/A		
Nome Fantasia:			
CNPJ/CPF:	81.243.735/0019-77	Inscrição Municipal:	12231501
Área Ocupada:		Protocolo:	25241607761/2016
Data Concessão:	03/03/2016	Cadastro Imobiliário:	471497
Logradouro:	RUA JAVARI		
Bairro:	DISTRIT INDUSTRIAL I		
Complemento:	LOTE 257-B		
Número:	1255	CEP:	69075-110
Nota:	OUTROS -		

LISTA DE ATIVIDADES

Atividade (s) Autorizada (s) - CNAE(S) / Total de CNAES:2

Código - Descrição

1 - 2621-300/00 - FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

2 - 4651-601/00 - COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

OBSERVAÇÕES

- O Alvará de Funcionamento Provisório é concedido por meio eletrônico considerando a legislação pertinente e a Ciência e Responsabilidade do empresário ou responsável legal pela empresa ou sociedade.
- Este Alvará tem validade de 12 meses.
- Este diploma deve ser fixado em local visível e de fácil acesso.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Comarca de Manaus

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

CERTIDÃO Nº: 003476059

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Pesquisando os registros de distribuição de feitos na Comarca de Manaus, no sistema informatizado do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no período de 20 anos anteriores a data de 23/12/2016, Certifico NADA CONSTAR em nome de:

POSITIVO INFORMATICA S/A, residente na RUA JAVARI 1255, LOTE 257 B, DIST INDL, CEP: 69075-110, Manaus - AM, vinculado ao CNPJ: 81.243.735/0019-77. *****

Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.

Manaus, segunda-feira, 26 de dezembro de 2016.

PEDIDO Nº: 003476059

POSITIVO INFORMATICA S.A.
 CNPJ: 81.243.735/0001-48
 NIRE: 4130007977
 BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO 2014,
 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	530.681	219.433	554.886	224.361
Instrumentos financeiros derivativos	31	41.067	3.412	41.067	3.412
Contas a receber	6	276.955	387.880	277.784	480.646
Estoques	7	393.439	418.166	393.709	479.303
Partes relacionadas	10	8.546	41.774	32.970	18.319
Impostos a recuperar	8	188.706	116.404	189.606	116.471
Adiantamentos diversos		30.789	21.415	32.696	22.422
Outros créditos	9	27.893	26.684	27.893	29.021
		1.497.478	1.235.177	1.550.611	1.376.155
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Impostos a recuperar	8	118.465	118.390	118.465	118.390
Tributos diferidos	20	71.073	65.901	71.073	71.073
Outros créditos	9	14.335	10.312	14.426	16.603
		203.873	200.803	203.964	206.066
Investimentos em controladas					
Investimento em empreendimento controlado em conjunto ("joint venture")	11	11.068	44.094		
Imobilizado	12	40.322	58.880	41.521	58.883
Intangível	14	53.203	48.996	53.203	50.556
		55.568	47.530	69.741	68.136
		160.161	199.500	164.465	177.575
		364.034	400.303	368.429	383.641
TOTAL ATIVO		1.861.512	1.635.480	1.919.040	1.759.796
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Emprestimos - terceiros	16	181.604	268.663	181.604	269.218
Provisões	17	18.244	18.575	18.244	19.725
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	21	37.771	36.600	37.771	36.900
Passivo a descoberto em controladas	11 e 12	334	7.035	334	241
Outras contas a pagar		239.892	333.413	241.364	328.953
		1.285.117	974.724	1.342.645	1.099.040
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	22.a	389.000	389.000	389.000	389.000
Reserva de capital	22.b	121.201	120.389	121.201	120.389
Ajuste de avaliação patrimonial		(12.785)	(7.489)	(12.785)	(7.489)
Reserva de lucros	22.d	116.446	196.323	116.446	196.323
Ações em tesouraria	22.g	(37.467)	(37.467)	(37.467)	(37.467)
		576.395	660.756	576.395	660.756
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.861.512	1.635.480	1.919.040	1.759.796

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TABELIONATO DE NOTAS
MARCELO SILVERIO
 Av. Perigosa, 1515 - Fone: (41) 3627-1314
 A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado neste Tabelionato.

01 DEZ. 2015

FAZENDA RIO GRANDE - PR
 MARCELO RODRIGO MARTINS SILVERIO Tabelião
O SELO DE AUTENTICIDADE
 FOI ACHADO NA ÚLTIMA FOLHA

TABELIONATO DE NOTAS
 FIRMA RECONHECIDA
 FAZ. RIO GRANDE

Thiago Rocha Lasso
 Contador
 CRC: 053988/O-2 PR
 CPF: 035.418.778-10

Idell Iankievich
 Diretor - CPF 450.697.949-49

LIBERTAD BOGUS
 SECRETARIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
 CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 15/04/2016
 SOB NÚMERO: 20161895719
 Protocolo: 16/189571-9, DE 12/04/2016

Empresa: 41 3 0007197 7
 POSITIVO INFORMATICA S/A

TABELIONATO DE NOTAS
 FIRMA RECONHECIDA
 FAZ. RIO GRANDE

POSITIVO INFORMATICA S.A.
 CNPJ: 81.243.735/0001-48
 NIRE: 41300071977
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE LEVANTADAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
 (Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Resultado líquido do exercício	(79.881)	23-271	(79.881)	23-271
Outros resultados abrangentes				
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Diferença de Câmbio na conversão de operações no exterior				
Varição cambial sobre investimentos no exterior				
Crounal S.A.	(1.341)	(288)	(1.341)	(288)
Informática Fogueira S.A.	(8.475)	(180)	(8.475)	(180)
Positivo Inf. da Bahia/PBG Rwanda Limited	115		115	
Hedges de Fluxo de Caixa				
Valor justo de instrumento financeiro de hedge de fluxo de caixa	4.405	-	4.405	
	(5.296)	(468)	(5.296)	(468)
Resultado abrangente do exercício	(85.177)	22.803	(85.177)	22.803

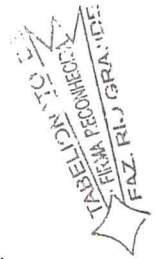
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



TABELIONATO DE NOTAS DA COMARCA DE FAZ. RIO GRANDE - TABELIONATO DE NOTAS
 MARCELO RODRIGO MARTINS SILVERIO
 Av. Paraná, 1515 - Fone: (41) 3627-1364
 A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado neste Tabelionato.
 01 DEZ 2015
 FAZENDA RIO GRANDE - PR
 MARCELO RODRIGO MARTINS SILVERIO
 Tabelião
 O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

Thiago Rocha Losso
 Contador
 CRC: 053998/O-2 PR
 CPF: 035.418.779-10

Idel Iankilevich
 Diretor - CPF 450.697.949-49



POSITIVO INFORMÁTICA S.A.

CNPJ: 81.243.735/0001-48

NIRE: 41300071977

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO LEVANTADAS PARA PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Receitas				
Vendas de produtos e serviços	1.768.297	2.399.836	1.995.982	2.572.602
Devoluções e descontos comerciais	(56.111)	(80.112)	(54.930)	(85.101)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.173)	(6.313)	(8.545)	(6.338)
Outras receitas	2.767	14.490	2.826	16.510
	1.706.780	2.327.901	1.935.333	2.497.673
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.207.350)	(1.682.400)	(1.373.702)	(1.815.791)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(147.839)	(55.006)	(165.031)	(62.798)
Comissões	(22.854)	(28.894)	(25.122)	(31.541)
Marketing	(53.798)	(54.427)	(69.531)	(67.026)
	(1.431.841)	(1.820.727)	(1.633.386)	(1.977.156)
Valor adicionado bruto	274.939	507.174	301.947	520.517
Depreciação e amortização	(64.436)	(47.752)	(66.749)	(50.501)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	210.503	459.422	235.198	470.016
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(1.376)	3.051	7.642	22.066
Receitas financeiras	286.210	37.822	298.739	40.488
	284.834	40.873	306.381	62.554
Valor adicionado total a distribuir	495.337	500.295	541.579	532.570
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	119.385	149.169	123.330	155.437
Benefícios	15.512	17.305	17.386	19.460
FGTS	16.537	15.043	16.914	15.452
	151.434	181.517	157.630	190.349
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	118.134	170.665	134.005	187.751
Estaduais	(360)	12.274	(373)	12.177
Municipais	572	660	672	723
	118.346	183.599	134.304	200.651
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e despesas financeiras	116.819	86.802	122.486	89.479
Aluguéis	12.075	12.865	12.997	14.210
Varição cambial	176.544	12.241	194.043	14.610
	305.438	111.908	329.526	118.299
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	-	5.818	-	5.818
Lucros (prejuízos) retidos	(79.881)	17.453	(79.881)	17.453
	(79.881)	23.271	(79.881)	23.271
Valor adicionado total distribuído	495.337	500.295	541.579	532.570

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TABELIONATO DE NOTAS FAZENDA RIO GRANDE
 Marcelo Rodrigues Martins Silvério
 Tabelião Tel: (41) 3627-1364
 Selo: SNAAC-90PR-2104 - DBKVS.BIED
 Consultar em: <http://funar.en.com.br>
 Reconheço por SEHELHANÇA a(s) firma(s) de
 THIAGO ROCHA LOSSO, IDEL IANKILEVICH,
 Fazenda Rio Grande-PR, em 04/2016
 Em test. da verdade
 LUIZ CARLOS APARECIDA DE SOUZA
 ESCRIVÃO

TABELIONATO DE NOTAS FAZ. RIO GRANDE
 THIAGO ROCHA LOSSO
 FIRMADA PECONNEC
 THIAGO ROCHA LOSSO
 Contador
 CRC: 053998/O-2 PR
 CPF: 035.418.779-10
 IDEL IANKILEVICH
 Diretor
 CPF 450.697.949-49

TABELIONATO DE NOTAS MARCELO SILVÉRIO
 Av. Paraná, 1503 - Fone (41) 3627-1364
 A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado neste Tabelionato.
 01 DEZ. 2016
 SEL FAZENDA RIO GRANDE - PR
 FUNAR MARCELO RODRIGUES MARTINS SILVÉRIO
 Tabelionato de Notas Exclusivo para Autenticação de Cópia
 FKC82341

Positivo Informática S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

O ano de 2015 será lembrado como um dos mais desafiadores da história da Positivo Informática. A recessão da economia brasileira e a instabilidade da taxa de câmbio afetaram significativamente a rentabilidade e a demanda do mercado de dispositivos de hardware. Esses fatores exigiram da companhia a adoção de medidas rígidas para defender o fluxo de caixa, melhorar os indicadores de custos operacionais e incentivar a diversificação das receitas por meio da introdução de novos negócios, marcas e canais de venda, além da expansão geográfica. O comprometimento da companhia em atingir esses objetivos foi um dos principais legados de 2015.

Os efeitos da crise econômica repercutiram no tamanho do mercado brasileiro de computadores, altamente vinculado à dinâmica de crédito e confiança do consumidor, taxa de câmbio e de investimentos públicos e privados. Em 2015, virtualmente todos os fatores que influenciam o desempenho do segmento se comportaram de forma adversa, fazendo com que o mercado registrasse volume de apenas 6,6 milhões de PCs, redução de 36% em relação a 2014, a qual ocorreu de forma crescente ao longo do ano, atingindo queda de 48% no 4T15, de acordo com a IDC (International Data Corporation). A força da contração da demanda não foi vista pelos principais agentes do mercado, causando acúmulo de estoques na indústria e gerando dificuldade para os fabricantes repassarem a variação do dólar, que afeta 90% do custo dos produtos.

Diante desse cenário, a companhia adotou medidas para combater a formação de excesso de estoques, lançando mão de critérios mais conservadores de projeção de demanda, além de realizar promoções de produtos com maior tempo de estoque, privilegiando a geração de caixa do período, porém com a contrapartida de um pontual sacrifício de margem.

Outra medida implantada em 2015 com foco na geração de caixa foi o plano de monetização de ativos tributários. Este projeto envolveu a incorporação da subsidiária Positivo Informática da Amazônia Ltda, em setembro, seguido do deslocamento da totalidade da produção de PCs e tablets de Curitiba (PR) para uma nova fábrica em Manaus (AM), inaugurada em novembro. A companhia espera que o novo arranjo de plantas permita um importante influxo de caixa nos próximos anos, além de ganhos de eficiência fabril.

A gestão da eficiência operacional também foi foco em 2015. A companhia optou pela desativação da fábrica de Ilhéus (BA), gerando economias de custos indiretos de produção e melhor aproveitamento da sinergia com as demais plantas. Na área de pós-vendas, foram atingidos ganhos de eficiência unitários da ordem de 25% por meio da otimização dos custos de distribuição de peças, centralização de atendimento de reparos com grandes clientes e redução do custo de logística com consumidores. Na área administrativa, foram realizados enxugamentos de quadro, com o objetivo de tornar a estrutura fixa da companhia mais simples e de baixo custo.

Na frente comercial, a Positivo Informática encerrou 2015 com participação de 14,7% do mercado de computadores do Brasil, de acordo com a IDC, patamar estável em relação aos anos anteriores. O destaque em PCs foi o licenciamento, pela companhia, dos produtos VAIO para o Brasil, trazendo de volta ao mercado local uma das marcas mais admiradas por consumidores exigentes em todo o mundo.

O principal avanço foi registrado no mercado de telefones celulares. As vendas superaram 1 milhão de aparelhos, com crescimento de 127% em relação a 2014. Este volume garantiu uma participação de mercado de 2,2% no ano, de acordo com a IDC, em trajetória ascendente, indicando boas perspectivas de crescimento de *market share* para 2016. Destacou-se também o lançamento da unidade de negócios Quantum, focada na venda direta de smartphones de alta configuração,

expandindo a público-alvo da companhia. O primeiro aparelho da nova marca, denominado Quantum GO, teve aceitação surpreendente dos consumidores e da mídia especializada, conquistando uma comunidade independente de fãs e uma sequência de reportagens favoráveis enaltecendo sua qualidade e custo-benefício. Outras frentes de diversificação das receitas envolveram o incentivo às vendas diretas com a introdução de uma plataforma própria de comércio eletrônico, a introdução de quiosques em shopping centers e a maior utilização de *marketplaces*. Por fim, em 2015, a Positivo Informática iniciou uma operação na África, expandindo a *joint venture* com o grupo BGH. Foi instalada uma fábrica em Ruanda com o objetivo inicial de atender um contrato de fornecimento de laptops educacionais em um projeto de longo prazo em parceria com o Ministério da Educação de Ruanda.

A Administração acredita que estas ações para melhoria da eficiência operacional, da geração de caixa e de diversificação de negócios são fundamentais para tornar a companhia mais competitiva e sustentável nos próximos anos. Considerando a estabilização do mercado, os principais ganhos em termos de rentabilidade e caixa deverão ser reconhecidos a partir de 2016, tendo em vista que as implantações geraram uma série de custos extraordinários ao longo de 2015, contribuindo para o reconhecimento de um resultado contábil negativo no ano. Entretanto, não se deve deixar de destacar que a companhia encerrou 2015 com o menor endividamento líquido desde 2011, de R\$ 264,6 milhões, mesmo sob a forte pressão de capital de giro vivenciada pelo setor, graças aos primeiros efeitos destas medidas. Agradecemos a dedicação da equipe no enfrentamento destes desafios e contamos com a confiança de nossos fornecedores, clientes e acionistas na conquista de melhores resultados em 2016. A todos, os nossos agradecimentos.

Fernando Soares Mitrri
Presidente do Conselho de Administração

Hélio Bruck Rotenberg
Diretor-Presidente

DESTAQUES DE 2015

- Forte expansão das vendas de celulares, superando 1 milhão de aparelhos (+127,0%)
- Novas frentes de vendas diretas: plataforma própria de *e-commerce*, quiosques em shopping centers e *marketplaces*
- Lançamento da unidade de negócios Quantum, focada na venda direta de smartphones de alto desempenho com melhor custo-benefício
- Início das vendas da marca VAIO no Brasil
- Forte melhoria em eficiência de custos, buscando mitigar a queda na demanda no Brasil, com benefícios relevantes esperados para 2016:
 - ✓ Enxugamento do quadro administrativo, proporcionando ganho de 13,7% das despesas gerais e administrativas, mesmo sob elevada inflação
 - ✓ Redução das despesas de pós-vendas, com diminuição de custos unitários de 25% e acompanhamento de melhoria de indicadores de qualidade de atendimento
 - ✓ Revisão do parque fabril com o fechamento da unidade de Ilhéus e a unificação da produção de PCs e tablets em Manaus, a qual também foi preparada para produzir smartphones, gerando ganhos de sinergia
- Melhora do ciclo de conversão de caixa em 26,7% para 75 dias, por meio do alongamento de prazos de fornecedores e gestão rígida do inventário
- Efetivação do plano de monetização de ativos tributários com o deslocamento da produção de PCs e tablets para Manaus
- Saldo em caixa de R\$ 555 milhões, com o objetivo de fortalecer a liquidez da companhia em cenário adverso
- Redução do endividamento líquido para R\$ 264,6 milhões (-11,8%), o menor fechamento anual desde 2011, mantendo a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado em 2,9x.

1 - DESTAQUES OPERACIONAIS

1.1 - Hardware

Volumes

No ano de 2015, o volume consolidado de dispositivos vendidos sob a marca Positivo e Positivo BGH atingiu 2,9 milhões de unidades, sendo que o menor faturamento de PCs foi parcialmente compensado pelo crescimento em dispositivos móveis, em linha com a estratégia de diversificação da receita com dispositivos móveis.

No Brasil, foram entregues 1,329 milhões de PCs e tablets, redução de 36,3% em relação a 2014, influenciada pelo desaquecimento da demanda no varejo e deslocamento de parte da demanda para dispositivos móveis. Na Argentina foram entregues 386,6 mil unidades (-20,9%), em linha com o desempenho do mercado. Em 2015 marcamos a entrada da companhia no mercado ruandês, sendo entregues 72,1 mil unidades para o Ministério da Educação local sob a marca Positivo BGH. Conforme previamente mencionado, destacaram-se as vendas de telefones celulares, que registraram crescimento de 127% em 2015, motivado pelo bom desempenho das vendas no varejo e no mercado de operadoras, através de parcerias com a Oi e com a TIM, e pela boa receptividade dos smartphones da nova unidade de negócios Quantum. Foram entregues 1.193,7 mil aparelhos representados por 658,6 mil feature phones (299,0%) e 537,0 mil smartphones (48,3%).

Volume de Vendas Hardware (unidades)	2014	2015	Var% 2015/2014
PCs e Tablets	2.575.805	1.788.502	-30,6
Desktops	682.583	468.541	-31,4
Notebooks	1.385.854	868.874	-37,3
Tablets	507.368	451.087	-11,1
Canal	2.575.805	1.788.502	-30,6
Varejo	1.500.442	1.026.813	-31,6
Governo	859.090	579.109	-32,5
Corporativo	217.273	182.580	-16,0
Marca	2.575.805	1.788.502	-30,6
Positivo	2.087.242	1.329.744	-36,3
Positivo BGH	488.563	458.758	-6,7
Telefones Celulares	526.651	1.195.706	127,0
Smartphones	361.591	537.086	48,5
Feature Phones	165.060	658.620	299,0

1.2 - Tecnologia Educacional

No segmento de Tecnologia Educacional, a Positivo Informática está presente em três segmentos de atuação: Ensino Particular, Ensino Público e Varejo. A companhia desenvolve e gerencia o maior portfólio de produtos e ferramentas educacionais do país, com destaque para os portais e softwares educacionais, além de produtos inovadores como as mesas educacionais, lousas interativas e câmeras de documentos. As soluções educacionais da Positivo Informática estão presentes em mais de 14 mil escolas e são exportadas para mais de 40 países. Em 2015, a receita bruta do segmento atingiu R\$ 29,9 milhões, representando 1,5% do faturamento da companhia.

2 - OPERAÇÕES

As plantas industriais da Positivo Informática atendem aos mais rigorosos padrões de qualidade. A sede está instalada em Curitiba, no estado do Paraná, onde são produzidas placas-mãe, placas de memória, smartphones e baterias. Em novembro de 2015, foi inaugurada uma nova fábrica em Manaus, que passou a concentrar a maior capacidade produtiva, abrangendo a totalidade da produção de desktops, notebooks e tablets da companhia.

3 - DESEMPENHO FINANCEIRO

Os comentários apresentados a seguir se referem aos números consolidados da Positivo Informática S.A. Todas as informações financeiras apresentadas neste Relatório da Administração contemplam as modificações contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, bem como dos efeitos provenientes da adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

Em 2015 foi registrada receita bruta de R\$ 1.996,0 milhões, redução de 22,4% em relação ao ano anterior. Esta redução se deveu principalmente à queda de volume do mercado brasileiro de computadores, que apresentou contração de 36% em 2015, segundo a IDC. A companhia compensou parcialmente este efeito com um avanço expressivo na receita bruta de celulares, que registrou avanço de 79,4% no período.

O custo do produto vendido (CPV) correspondeu a 81,2% da receita líquida, aumento de 3,7 p.p. em relação a 2014. O avanço decorreu do maior custo em reais dos componentes, causado pelo aumento da taxa média do dólar na internalização, com repasse parcial para os preços, devido ao excesso de estoques no mercado e às vendas promocionais de itens com giro lento, realizadas pela companhia no fim do ano. Parte do impacto cambial foi absorvido no resultado financeiro, graças à adoção da política de *hedge*, cujos ganhos em 2015 somaram R\$ 25,7 milhões na conta de variação cambial.

As despesas operacionais totalizaram R\$ 434,5 milhões, correspondente a 23,6% da receita líquida, aumento de 1,4 p.p. em relação a 2014 causado pelo maior desembolso com verbas de propaganda cooperada e rebaix, cuja a finalidade foi combater os efeitos do enfraquecimento da demanda, promovendo o giro dos produtos nos canais de venda.

No ano de 2015, a companhia alcançou EBITDA Ajustado* (*Earnings before interests, taxes, depreciation and amortization*); lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$ 90,1 milhões, redução de 37,0% em relação a 2014, acompanhado de margem EBITDA Ajustada de 4,9% (-1,2 p.p.). Em 2015, o prejuízo líquido totalizou R\$ 79,9 milhões.

* O EBITDA Ajustado é composto pelo EBITDA, acrescido dos seguintes elementos:

1) **Ganho caixa do hedge dos insumos**: representa os valores recebidos (ou pagos) pela companhia em instrumentos de *hedge* cambial contratados para a cobertura dos insumos dolarizados. Tais valores são líquidos da variação cambial sobre as faturas em dólar. Por serem integralmente ligados aos insumos, a companhia entende que seu resultado é operacional.

2) **Rescisões extraordinárias**: referem-se à adequação do quadro de colaboradores ao menor patamar de receita, dado o cenário recessivo, e à migração de posições de trabalho de Curitiba para Manaus.

3) **Excedente de despesas de P&D**: são desembolsos com projetos de P&D exigidos pela Lei de Informática, regulados em cerca de 2% da receita da companhia. Tais despesas foram previamente contratadas com base em uma perspectiva de faturamento maior do que a realizada. Sendo assim, nos primeiros nove meses do ano, já haviam sido reconhecidas despesas suficientes para cobrir a obrigação do ano. Os gastos incorridos nos três meses finais poderão ser compensados para atender a obrigação de P&D de 2016.

4) **Despesas - Projeto Fábrica de Manaus**: referem-se a gastos que não foram considerados como investimento.

5) **EBITDA Joint Venture (IFSA)**: refere-se a metade do EBITDA apurado pelas operações na Argentina e Ruanda, cuja participação da companhia nestas sociedades é de 50%. Divulgamos este ajuste desde o 1T13, devido à introdução de uma regulamentação contábil que passou a tratar *joint ventures* pelo método de equivalência patrimonial, que é excluído do cômputo do EBITDA tradicional.

EBITDA (R\$ milhões)	2014	2015	Var. 2015/2014
Lucro (Prejuízo) Líquido	23,3	(79,9)	443,3
Depreciação e Amortização	50,5	66,8	32,2
Resultado Financeiro	63,6	17,8	-72,0
Equivalência Patrimonial	(22,1)	(7,6)	-65,4
IR e Contribuição Social	0,0	0,1	308,8
(1) Efeito caixa do hedge dos insumos	(11,6)	25,7	-32,4
(2) Rescisões extraordinárias	0,0	9,5	N/A
(3) Excedente de despesas de P&D	0,0	12,9	N/A
(4) Despesas - Projeto Manaus	0,0	43,9	N/A
(5) EBITDA IFSA (50%)	39,3	43,9	11,7
EBITDA Ajustado	143,0	90,1	-37,0
Margem EBITDA Ajustada (%)	6,1	4,9	-1,2 p.p.

Múltiplo	2014	2015
Dívida Líquida - fim de período	299,8	264,6
EBITDA Ajustado - últimos 12 meses	143,0	90,1
Múltiplo Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	2,1x	2,9x

Dividendos

O Estatuto Social da Positivo Informática determina que, pelo menos, 25% do lucro líquido contábil da companhia deve ser distribuído como dividendo anual obrigatório. Em 16/12/2015, foram pagos proventos em dinheiro no valor líquido de R\$ 5,8 milhões referentes aos resultados de 2014.

4 - INVESTIMENTOS

Em 2015, os investimentos totalizaram R\$ 69,6 milhões, sendo, em grande parte, relacionados ao desenvolvimento e à adequação de soluções de TI para o Projeto Manaus, que demandou ajustes no sistema integrado de gestão empresarial (ERP). Tais ajustes se concentraram na integração da nova unidade fabril aos módulos produtivos do ERP, na aquisição de licenças e no aprimoramento de módulos logísticos e de movimentação de materiais em pontos estratégicos de armazenamento de produtos, para otimizar o custo de distribuição. Para o ano de 2016, a companhia deverá reduzir os investimentos para R\$ 28,0 milhões, compreendendo, basicamente, o desenvolvimento de soluções em tecnologia educacional, aprimoramentos do sistema ERP e desembolsos gerais de manutenção de infraestrutura.

5 - COLABORADORES

Em 31 de dezembro de 2015, a Positivo Informática contava com 2.393 colaboradores, alocados em sua maior parte em Curitiba (PR), sede da companhia. Adicionalmente, a companhia contava com 67 colaboradores temporários, envolvidos principalmente em funções operativas.

6 - RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, informamos que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, foram pagos R\$ 17 mil referentes a emissão de laudo patrimonial pelo valor contábil para incorporação de controlada, com data de contratação em 23/06/2015 e período de prestação do serviço no mês de junho de 2015.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria independente, a companhia adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, e (ii) o auditor não deve atuar gerencialmente perante seu cliente nem promover os interesses de seu cliente.

A seguir, apresentamos um resumo da justificativa apresentada pelos auditores independentes à Administração, a respeito de seu entendimento de que a prestação de outros serviços não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa:

"Estes serviços não afetaram as restrições da Instrução CVM 381/03, pois se referem a serviços de emissão de laudo patrimonial ao valor contábil. Os procedimentos executados não afetam a independência e objetividade necessárias aos serviços de auditoria externa."

7 - DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

8 - CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante no Estatuto Social.

Positivo Informática S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014			2015	2014		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	530.681	219.433	554.886	224.361	Fornecedores	15	258.681	242.546	283.081	311.023
Instrumentos financeiros derivativos	31	41.067	3.412	41.067	3.412	Empréstimos - terceiros	16	634.854	226.092	666.976	249.931
Contas a receber	6	276.355	387.889	277.784	480.646	Instrumentos financeiros derivativos	31	-	5.032	-	5.032
Fatores	7	393.439	418.166	393.709	479.503	Salários e encargos a pagar	17	17.506	33.729	17.506	34.840
Partes relacionadas	10	8.548	41.774	32.970	18.319	Provisões	17	97.218	76.275	97.434	111.192
Impostos a recuperar	8	188.706	116.404	189.606	118.471	Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	21	5.500	8.297	5.500	8.297
Adiantamentos diversos	30	78.829	21.415	32.696	22.422	Tributos a recolher	18	11.353	19.087	11.410	21.829
Outros créditos	9	27.893	26.684	27.893	29.021	Dividendos a pagar	22.e	2	5.821	2	5.821
		<u>1.497.478</u>	<u>1.235.177</u>	<u>1.550.611</u>	<u>1.376.155</u>	Recetta diferida	8 e 19	12.834	16.785	12.834	15.085
NÃO CIRCULANTE						Partes relacionadas	10	2.164	1.028	1.295	484
Realizável a longo prazo						Outras contas a pagar		5.113	6.619	5.243	6.883
Impostos a recuperar	8	118.465	118.390	118.465	118.390			<u>1.045.225</u>	<u>641.311</u>	<u>1.101.281</u>	<u>770.417</u>
Tributos diferidos	20	71.073	65.901	71.073	71.073	NÃO CIRCULANTE					
Outros créditos	9	14.335	16.512	14.426	16.603	Empréstimos - terceiros	16	181.604	268.663	181.604	269.318
		<u>203.873</u>	<u>200.803</u>	<u>203.964</u>	<u>206.066</u>	Provisões	17	18.244	18.575	19.394	19.725
Investimentos em controladas	11	11.068	44.094			Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	21	37.771	36.600	38.071	36.900
Investimento em empreendimento controlado em conjunto ("joint venture")	12	40.322	58.880	41.521	58.883	Passivo a descoberto em controladas	11 e 12	334	7.035	334	241
Imobilizado	13	53.203	48.996	53.203	50.556	Outras contas a pagar		1.939	2.540	1.961	2.539
Intangível	14	55.568	47.530	69.741	68.136			<u>239.892</u>	<u>333.413</u>	<u>241.364</u>	<u>328.623</u>
		<u>160.161</u>	<u>199.500</u>	<u>164.465</u>	<u>177.575</u>	TOTAL DO PASSIVO		<u>1.285.117</u>	<u>974.724</u>	<u>1.342.645</u>	<u>1.099.040</u>
		<u>364.034</u>	<u>400.303</u>	<u>368.429</u>	<u>383.641</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	22.a	389.000	389.000	389.000	389.000
						Reserva de capital	22.b	121.201	120.389	121.201	120.389
						Ajuste de avaliação patrimonial		(12.785)	(7.489)	(12.785)	(7.489)
						Reserva de lucros	22.d	116.446	196.323	116.446	196.323
						Ações em tesouraria	22.g	(37.467)	(37.467)	(37.467)	(37.467)
								576.395	660.756	576.395	660.756
TOTAL ATIVO		<u>1.861.512</u>	<u>1.635.480</u>	<u>1.919.040</u>	<u>1.759.796</u>	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.861.512</u>	<u>1.635.480</u>	<u>1.919.040</u>	<u>1.759.796</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
RECEITA LÍQUIDA					
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	24	1.628.646	2.178.750	1.843.191	2.331.559
LUCRO BRUTO		<u>306.996</u>	<u>501.277</u>	<u>347.157</u>	<u>526.052</u>
Despesas com vendas	24	(272.186)	(323.269)	(305.424)	(352.847)
Despesas gerais e administrativas	24	(102.111)	(108.561)	(107.276)	(122.336)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		(4.051)	11.994	(4.051)	13.970
Resultado da equivalência patrimonial	11 e 12	(1.325)	3.051	7.642	22.066
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(72.727)</u>	<u>(84.492)</u>	<u>(61.952)</u>	<u>86.905</u>
Receitas financeiras	26	66.062	37.822	70.310	40.489
Despesas financeiras	26	(116.819)	(86.802)	(122.644)	(89.479)
Varição cambial líquida	26	43.603	(12.241)	34.544	(14.610)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS		<u>(79.881)</u>	<u>(23.271)</u>	<u>(79.742)</u>	<u>23.305</u>
Provisão para imposto de renda e contribuição social	20	-	-	(139)	(34)
				(139)	(34)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>(79.881)</u>	<u>(23.271)</u>	<u>(79.881)</u>	<u>23.271</u>
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO - RS					
Básico	28	(0,9323)	0,2721	N/A	N/A
Diluído	28	(0,9420)	0,2721	N/A	N/A

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Receitas					
Vendas de produtos e serviços		1.768.297	2.399.836	1.995.982	2.572.602
Devolções e descontos comerciais		(56.111)	(80.112)	(54.930)	(85.101)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(8.173)	(6.313)	(8.545)	(6.338)
Outras receitas		2.767	14.490	2.826	16.510
		<u>1.706.780</u>	<u>2.327.901</u>	<u>1.935.333</u>	<u>2.497.673</u>
Insusos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(1.207.350)	(1.682.400)	(1.373.702)	(1.815.791)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(147.839)	(55.006)	(165.031)	(62.798)
Comissões		(22.854)	(28.894)	(25.122)	(31.541)
Marketing		(53.798)	(54.427)	(69.531)	(67.026)
		<u>(1.431.841)</u>	<u>(1.820.727)</u>	<u>(1.633.386)</u>	<u>(1.977.156)</u>
Valor adicionado bruto		<u>274.939</u>	<u>507.174</u>	<u>301.947</u>	<u>520.517</u>
Depreciação e amortização		(64.436)	(47.752)	(66.749)	(50.501)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		<u>210.503</u>	<u>459.422</u>	<u>235.198</u>	<u>470.016</u>
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial		(1.376)	3.051	7.642	22.066
Receitas financeiras		386.210	37.822	398.739	40.488
		<u>284.834</u>	<u>40.873</u>	<u>306.381</u>	<u>62.554</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>495.337</u>	<u>500.295</u>	<u>541.579</u>	<u>532.570</u>
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		119.385	149.169	123.330	155.437
Benefícios		15.512	17.305	17.386	19.460
FGETS		16.537	15.043	16.914	15.452
		<u>151.434</u>	<u>181.517</u>	<u>157.630</u>	<u>190.349</u>
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		118.134	170.665	134.005	181.517
Estaduais		(360)	12.274	(373)	12.177
Municipais		572	660	672	723
		<u>118.346</u>	<u>183.599</u>	<u>134.304</u>	<u>200.657</u>
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros e despesas financeiras		116.819	86.802	122.486	89.479
Aluguéis		12.075	12.865	12.997	14.210
Varição cambial		176.544	12.241	194.043	14.610
		<u>305.438</u>	<u>111.908</u>	<u>329.526</u>	<u>118.299</u>
Remuneração de capitais próprios					
Dividendos		-	5.818	-	5.818
Lucros (prejuízos) retidos		(79.881)	(17.453)	(79.881)	17.453
		<u>(79.881)</u>	<u>23.271</u>	<u>(79.881)</u>	<u>23.271</u>
Valor adicionado total distribuído		<u>495.337</u>	<u>500.295</u>	<u>541.579</u>	<u>532.570</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora e Consolidado							Total do patrimônio líquido
		Reserva de capital		Reserva de lucros		Reserva legal	Ações em tesouraria	Lucros (prejuízos) acumulados	
		Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Opções outorgadas reconhecidas	Ajustes de avaliação patrimonial				
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		389.000	118.305	2.004	(7.021)	178.789	81	(35.430)	645.728
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	23.271	23.271
Outros resultados abrangentes:									
Ajuste acumulado de conversão	11 e 12	-	-	-	(468)	-	-	-	(468)
Total de resultado abrangente		-	-	-	(468)	-	-	-	(468)
Opções outorgadas reconhecidas		-	-	80	-	-	-	-	80
Dividendos propostos	22.e	-	-	-	-	-	-	(5.818)	(5.818)
Outros resultados abrangentes:									
Constituição de reserva de lucros	22.d	-	-	-	-	17.453	-	-	17.453
Ações em tesouraria	22.g	-	-	-	-	-	(3.032)	-	(3.032)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		<u>389.000</u>	<u>118.305</u>	<u>2.084</u>	<u>(7.489)</u>	<u>196.242</u>	<u>81</u>	<u>(37.467)</u>	<u>660.756</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		<u>389.000</u>	<u>118.305</u>	<u>2.084</u>	<u>(7.489)</u>	<u>196.242</u>	<u>81</u>	<u>(37.467)</u>	<u>660.756</u>
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	(79.881)	(79.881)
Outros resultados abrangentes:									
Hedges de fluxo de caixa	31.e	-	-	-	4.405	-	-	-	4.405
Ajuste acumulado de conversão	11 e 12	-	-	-	(9.701)	-	-	-	(9.701)
Total de resultado abrangente		-	-	-	(5.296)	-	-	(79.881)	(85.177)
Opções outorgadas reconhecidas	22.b e 32	-	-	812	-	-	-	-	812
Dividendos reintegrados		-	-	-	-	4	-	-	4
Apropriação do prejuízo do exercício	22.f	-	-	-	-	-	-	79.881	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		<u>389.000</u>	<u>118.305</u>	<u>2.896</u>	<u>(12.785)</u>	<u>116.365</u>	<u>81</u>	<u>(37.467)</u>	<u>576.395</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Positivo Informática S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014			2015	2014		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS											
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(79.881)	23.271	(79.881)	23.271	Imposto de renda e contribuição social, pagos					
Reconhecimento do (prejuízo) lucro líquido com o caixa (aplicado) obtido nas operações:						Outras contas a pagar	(19.296)	248	(18.741)	(3.530)	
Depreciação e amortização	24	64.436	47.752	66.749	50.501	Pagamento de juros sobre empréstimos	(89.454)	(54.479)	(91.458)	(55.793)	
Equivalência patrimonial	11 e 12	1.376	(3.051)	(7.642)	(22.066)	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	104.164	154.459	80.693	111.285	
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e civis		(38.282)	729	(38.282)	729	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	8.174	6.313	8.546	13.982	Recebimento de dividendos	12	11.591	8.096	11.591	8.096
Provisão (reversão) para perdas de estoques, liquida						Integração de capital - investida	11	(5.887)	(25)	-	(28)
Stock options		812	80	812	80	Caixa e equivalente - Incorporação	11	828	-	-	-
(Ganho)/perda na alienação de imobilizados		(1.740)	-	(1.909)	-	Aquisição de imobilizado	13	(13.948)	(6.062)	(15.485)	(6.711)
Encargos sobre empréstimos		78.272	44.873	79.589	45.511	Aumento do intangível	14	(52.920)	(16.141)	(54.439)	(16.598)
Variação cambial		5.398	18.903	18.067	19.348	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(60.336)	(14.132)	(58.333)	(15.241)	
Imposto de renda e contribuição social	20	48.859	122.392	55.577	106.812	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
(Aumento) diminuição de ativos:						Pagamento de dividendos	(5.815)	(3.897)	(5.815)	(3.897)	
Contas a receber		233.468	69.334	194.316	12.888	Captação de empréstimos	739.530	281.834	739.530	295.106	
Estoques		72.602	213.184	75.514	205.091	Variação de empréstimos junto ao BNDES	63.240	53.239	65.870	53.368	
Impostos a recuperar		(72.069)	(40.183)	(71.210)	(41.540)	Amortização de empréstimos	(474.690)	(391.364)	(475.316)	(392.178)	
Adiantamentos diversos		(8.810)	(5.714)	(10.274)	(5.574)	Partes relacionadas	(54.845)	(16.029)	(14.651)	13.426	
Outros créditos		6.930	(5.177)	1.964	(6.573)	Recuperação de ações da companhia	-	(2.037)	-	(2.037)	
Aumento (diminuição) de passivos:						Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	267.420	(78.254)	309.618	(36.212)	
Fornecedores		(32.677)	(119.673)	(28.097)	(86.468)	AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO	311.248	62.073	331.978	59.832	
Provisões e receitas diferidas		(25.374)	(21.472)	(16.340)	(11.877)	Caixa e equivalentes no início do exercício	219.433	157.360	224.361	164.974	
Obrigações tributárias		(10.015)	(4.001)	(10.419)	(2.117)	Variação cambial sobre caixa e equivalentes	11	1.453	1.453	445	
						Caixa e equivalentes no final do exercício	530.681	219.433	554.886	224.361	
						AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO	311.248	62.073	330.525	59.387	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

INFORMAÇÕES GERAIS

A Positivo Informática S.A. ("Companhia"), fundada em 1989, possui um parque tecnológico de três unidades no município de Curitiba - PR e uma unidade no município de Ilhéus-BA. A Companhia possui ainda uma controlada direta em Ilhéus-BA, e uma controlada indireta em São Paulo - SP. Em dezembro de 2010, a Companhia adquiriu o controle compartilhado da Informática Figueira S.A., na Argentina. Em fevereiro de 2011, a Companhia adquiriu o controle acionário da Cronal S.A., no Uruguai, controlada esta que em 2015 adquiriu 50% da Companhia Master S.A., também com sede no Uruguai. Em abril de 2012, a Companhia adquiriu a controlada direta Portal Mundo Positivo Ltda. Em maio de 2014, a Companhia adquiriu a controlada em conjunto BR Code Desenvolvimento de Software S.A. Em outubro de 2014, a Companhia constituiu a controlada em conjunto PBG Rwanda Limited.

Tem como atividades preponderantes a industrialização, comercialização e desenvolvimento de projetos na área de informática; industrialização, comercialização e locação de software e hardware; comercialização de equipamentos de informática, de sistemas de aplicação pedagógica e de administração escolar, planejamento e suporte técnico-pedagógico; representação, comercialização, implantação, treinamento e suporte, assistência técnica de equipamentos e de sistemas de ensino técnico, tecnológico e científico em diversas áreas e demais atividades correlatas.

Dentre os produtos fabricados e comercializados pela Companhia encontram-se: computadores de pequeno e médio porte, computadores portáteis, tablets, monitores, placas eletrônicas, mesas educacionais informatizadas, servidores, celulares, smartphones e softwares educacionais. As ações da Positivo Informática S.A. são negociadas na bolsa de valores de São Paulo - BVMFBOVESPA sob observância das práticas de Governança Corporativa - Novo Mercado.

Reestruturação Societária
Em 28 de agosto de 2015 a Companhia incorporou a controlada direta Positivo Informática da Amazônia Ltda. considerando dessa forma uma filial em Manaus - AM com o mesmo objetivo social da Companhia. O valor do acervo do líquido da controlada incorporado pela Companhia foi apurado com base nos livros contábeis e é representado conforme divulgado na nota explicativa 11.a.

Emissão das demonstrações financeiras
A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2016.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto ativos e passivos financeiros que são reconhecidos pela entidade pelo seu valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Positivo Informática S.A. no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota 3.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passa a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

(d) Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pela IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e segundo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e de depreciação e amortização) e pelo valor adicionado

recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.2. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

	Participação %	
	2015	2014
Controladas Diretas		
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	-	100,00
Positivo Informática da Bahia Ltda.	100,00	100,00
Portal Mundo Positivo Ltda.	100,00	90,00
Cronal S.A.	100,00	100,00
Controladas Indiretas		
Investida da Positivo Informática da Bahia Ltda.		
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.	100,00	100,00
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	-	10,00
Portal Mundo Positivo Ltda.	-	10,00

(b) Empreendimento controlado em conjunto

Empreendimento controlado em conjunto é a entidade sobre a qual a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. O empreendimento controlado em conjunto é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo. A participação nos lucros ou prejuízos é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mudanças das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de um empreendimento controlado em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da joint venture.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e seu empreendimento controlado em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis da joint venture são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

	Participação %	
	2015	2014
Empreendimento controlado em conjunto		
Informática Figueira S.A.	50,00	50,00
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	50,10	50,10
Investida da Positivo Informática da Bahia Ltda.		
PBG Rwanda Limited	50,00	50,00
Investida da Positivo Cronal S.A.		
Master S.A.	50,00	-

2.3. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas na nota 25 de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. Os segmentos reportados da Companhia são varejo e governo.

2.4. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações consolidadas.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

(c) Investidas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
(ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).

(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.6. Ativos financeiros

2.6.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa". Também compreendem operações de partes relacionadas, cujos prazos de vencimento são on demand e consequentemente não há necessidade de apurar o valor justo.

2.6.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4. Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado
A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios usados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estando ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças das taxas na situação do pagamento dos bondholders de emprestimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Positivo Informática S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em valor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empreendimento ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, "swaps" de taxa de juros e de moedas. As Notas 29 a 31 incluem informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "hedge"; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de "hedge".

2.8. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "impairment").

2.9. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. O custo dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

A provisão de obsolescência para estoques é realizada com base na avaliação das matérias-primas, estoques de produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda. A base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

2.10. Imobilizado

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda, a base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

• A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo
• O software pode ser vendido ou usado
• Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros
• Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software
• O gasto atribuído ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.12. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

2.13. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Também compreendem operações de partes relacionadas, cujo reconhecimento inicial é pelo valor justo.

2.14. Arrendamento

(a) A Companhia como arrendatária

Os arrendamentos nos quais a parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

(b) A Companhia como arrendadora

As contas a receber de arrendatários referentes a contratos de arrendamento financeiro são registradas inicialmente com base no valor justo do bem arrendado. O rendimento do arrendamento financeiro é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno efetiva no investimento líquido da Companhia em aberto em relação aos arrendamentos.

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do leasing operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos também pelo método linear pelo período de vigência do arrendamento.

2.15. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o final do balanço.

2.16. Subvenções governamentais

Para subvenções governamentais, conforme mencionado na Nota 8, a Companhia goza de benefícios fiscais. A parcela correspondente à utilização dos benefícios fiscais relativa ao ICMS de natureza de redução de preços ou abatimentos é reconhecida da seguinte forma:

• Como receita do exercício corrente, a parcela em que as obrigações de investimentos relacionadas ao benefício foram plenamente atendidas;

• Mantida no passivo, sob a rubrica Receita Diferida, a parcela cuja obrigação de investimento ainda não foi plenamente atendida;

• Também mantida no passivo, sob a rubrica Receita Diferida, a parcela de investimento referente a um ativo amortizável. Esta parcela será reconhecida como receita ao longo do período da vida útil deste bem, na proporção de sua amortização;

• Como receita do exercício corrente, a parcela em que não há obrigação direta de investimento;

• As subvenções governamentais são computadas no resultado como receita na conta "Impostos sobre vendas".

Em atendimento à Lei 11.638/07 e ao CPC 7 - Subvenção e assistência governamentais, os incentivos fiscais da Companhia são reconhecidos no resultado na rubrica de Impostos sobre vendas. Após a apuração do resultado do exercício, se tiver sido apurado lucro, é realizada a destinação dos incentivos fiscais para a conta de Reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido 2.17. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) e outras são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida apenas que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.18. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas aparações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.19. Benefícios a empregados

(a) Remuneração com base em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados e outros provedores de serviços similares são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na Nota 32.

O valor justo das opções concedidas é determinado na data da outorga e registrado pelo método linear com despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta "Opções Outorgadas/Reconhecidas" que registra o benefício aos empregados.

(b) Obrigações de aposentadoria

A Companhia opera com plano de pensão na modalidade de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (constructive obligation).

2.20. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são detentados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A compra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

2.21. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre investidas.

(c) Receita de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

• A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;

• A Companhia não mantém envolvimento contínuo na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;

• O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;

• É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia; e

• Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(d) Prestação de serviços

A receita de um contrato para prestação de serviços é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão dos contratos é assim determinado:

• Os honorários de instalação são reconhecidos de acordo com o estágio de conclusão dos serviços de instalação, determinado proporcionalmente entre o tempo total estimado para os serviços e o tempo decorrido até o final de cada período de relatório.

• Os honorários de serviços incluídos no preço de produtos vendidos são reconhecidos proporcionalmente ao seu custo total, considerando as tendências históricas no número de serviços realmente prestados em produtos vendidos anteriormente.

A receita referente a serviços com base em tempo e materiais contratados é reconhecida às taxas contratuais conforme as horas trabalhadas e quando as despesas diretas são incorridas.

(e) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.22. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3. ESTIMATIVA E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍT

Positivo Informática S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

(c) **Imposto de renda, contribuição social e outros impostos**
A Companhia e suas controladas e o empreendimento controlado em conjunto estão sujeitos ao imposto sobre a renda em todos os países em que operam. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

3.2. **Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade**
(a) **Benefícios fiscais - ICMS**
Conforme descrito na Nota 8, a Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo Governo Estadual, sem amparo em convênio do Confaz. Todavia, os princípios da segurança jurídica e da moralidade administrativa, segundo a opinião dos assessores jurídicos da Companhia - que emitiram parecer sobre o tema, impõem considerar que, na eventualidade de serem declarados inválidos pelos tribunais pátrios, os órgãos competentes tem adotado, historicamente, a providência de convalidá-los, não havendo, portanto, passivo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

(b) **Impostos a recuperar - ICMS**
Conforme descrito na Nota 8, a Administração efetua estudos periódicos para avaliar a realização dos créditos relativos a impostos a recuperar, tomando medidas preventivas para que tal realização ocorra e evitar que o saldo exceda a capacidade de sua realização.

4. **NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR**
Os pronunciamentos a seguir foram emitidos pelo IASB e serão obrigatórios para exercícios contábeis subsequentes, sem a adoção antecipada por parte da Companhia. A adoção ocorrerá após a emissão de pronunciamento técnico pelo CPC e aprovação pela CVM. A Administração está avaliando os possíveis impactos destas pronunciamentos nas demonstrações financeiras:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Emitida em julho de 2014 em sua versão final, com vigência em 01 de janeiro de 2018, em substituição à IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 estabelece novos requisitos para a classificação e mensuração, permissão por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge dos instrumentos financeiros.
IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes - Emitida em maio de 2014, com vigência em 01 de janeiro de 2018, em substituição às normas atuais IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Receitas, e a IFRS 15 estabelece princípios de mensuração, reconhecimento e divulgação das receitas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Controladora		Consolidado	
2015	2014	2015	2014
10.623	12.104	34.828	17.032

Bancos
Aplicações financeiras atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI

520.058	207.329	520.058	207.329
530.681	219.433	554.886	224.361

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, as aplicações financeiras correspondem a operações compradas e de Certificado de Depósito Bancário - CDB com títulos privados, em moeda nacional, sendo remuneradas em média de 100,66% da variação do Certificado de Depósito Bancário - CDB (98,77% em 2014) sendo prontamente convertíveis em um valor conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6. CONTAS A RECEBER

Controladora		Consolidado	
2015	2014	2015	2014
160.016	299.293	161.445	377.235
48.017	63.076	48.017	70.087
15.092	13.321	15.092	15.232
8.136	1.556	8.136	4.535
21.989	6.928	21.989	8.901
22.903	7.423	22.903	8.376
26.000	16.079	26.000	17.703
(23.423)	(16.122)	(23.423)	(16.441)
(2.375)	(13.665)	(2.375)	(4.983)
276.355	387.889	277.784	480.466

A vencer
Vencidos até 30 dias
Vencidos de 31 a 60 dias
Vencidos de 61 a 90 dias
Vencidos de 91 a 180 dias
Vencidos de 181 a 360 dias
Vencidos há mais de 361 dias
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa
(-) Ajuste a valor presente

Os valores justos das contas a receber de clientes se aproximam dos saldos apresentados acima.
Os saldos vencidos decorrentes das vendas de mercadorias a órgãos públicos, em que o recebimento depende de processo interno de aprovação do pagamento pelos referidos órgãos. Historicamente, essa situação de atraso no processo de pagamento é uma característica normal neste segmento de vendas, previsto pela Administração dentro de sua estratégia de negócios, e não trouxe perdas relevantes para a Companhia. Portanto, os saldos vencidos ainda não representam neste momento nenhum risco relevante de perda no recebimento desses créditos, por esse motivo, a provisão foi constituída somente para casos em que há perspectiva de perda por parte da Companhia. O montante de títulos vencidos de órgãos públicos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e de R\$ 51.153 (R\$ 41.489 em 31 de dezembro de 2014).

O período médio de crédito na venda de produtos é de 77 dias, exceto vendas a órgãos públicos em que o prazo pode chegar até 180 dias.
Critério para estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa - devido à concentração das vendas em poucos clientes (os 20 maiores clientes representam cerca de 67% do montante a receber em 31 de dezembro de 2015, cerca de 74% em 31 de dezembro de 2014), a Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas com créditos substancialmente através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas históricas destes créditos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o saldo consolidado desta provisão totalizou R\$ 23.423 (R\$ 16.441 em 31 de dezembro de 2014).

O ajuste a valor presente das contas a receber é calculado para demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro. A Companhia considera o prazo de pagamento de cada transação a prazo, e calcula o desconto desta transação utilizando a taxa do CDI (Certificados de Depósito Interbancário) como referência.

Composição por vencimento dos valores vencidos e não incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Controladora		Consolidado	
2015	2014	2015	2014
48.017	63.076	48.017	70.087
15.092	13.321	15.092	15.232
8.136	1.556	8.136	4.535
21.989	6.928	21.989	8.901
18.159	4.438	18.159	5.357
7.321	3.019	7.321	4.359
118.714	92.261	118.714	108.394

Até 30 dias
31 a 60 dias
7 a 90 dias
91 a 180 dias
181 a 360 dias
acima de 361 dias

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Controladora		Consolidado	
2015	2014	2015	2014
16.122	16.798	16.441	17.107
516	-	-	-
(1.389)	(6.989)	(1.564)	(7.004)
8.174	6.313	8.546	6.338
23.423	16.122	23.423	16.441

Saldo no início do exercício
Provisão - Saldo Incorporado
Perdas reconhecidas
Constituição sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa reconhecida

7. ESTOQUES

Controladora		Consolidado	
2015	2014	2015	2014
298.832	259.816	298.833	279.002
108.584	137.275	108.853	159.588
4.578	15.246	4.578	24.763
27.750	40.214	27.750	51.440
(46.305)	(34.355)	(46.305)	(35.290)
393.439	418.166	393.709	479.503

Produtos acabados
Inventários em andamento
Adiantamentos a fornecedores
Provisão para perdas com estoques

A provisão para perdas com estoques é realizada com base na avaliação das matérias-primas, estoques de vendas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda. A base principal dessa avaliação é a perspectiva de realização dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica. A Administração estima que os estoques sejam realizados em um período inferior a 12 meses.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Controladora		Consolidado	
2015	2014	2015	2014
165.412	143.125	165.412	143.370
6.452	12.240	6.452	12.400
10.871	5.287	10.879	5.486
56.354	34.674	56.392	35.593
10.740	7.087	10.746	7.094
54.807	29.979	54.891	30.514
2.525	2.402	2.402	2.403
307.171	234.794	308.071	236.861

ICMS
IPI
PIS
COFINS
Contribuição social
Imposto de renda
Outros impostos a recuperar

Parcela no circulante
Parcela não circulante

Os créditos tributários têm sua realização baseada nas reconstituições societárias ocorridas em 2015, com a incorporação da controlada Positivo

da Amazônia Ltda. e de mudanças ocorridas na legislação tanto Federal quanto Estadual. Essas mudanças trouxeram duas consequências nas operações: a primeira é reduzir a geração de créditos tributários, a segunda é a geração de débitos fiscais que permitiram a utilização dos créditos tributários acumulados.

ICMS
A Companhia utiliza os seguintes benefícios de Impostos Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS:
(i) Lei Estadual nº 13.214/2001 e referendada pela Lei Estadual nº 15.542/2007, que estabelece redução para 7% na carga tributária dos produtos de informática para vendas dentro do estado;
(ii) Decreto Estadual nº 5.375/2002, confirmado por Termo de Acordo de Regime Especial, que possibilita a utilização de crédito presumido do ICMS, resultando em carga tributária de 3% para produtos específicos comercializados pela Companhia (vigência do Artigo 3º até 31 de julho de 2011).
(iii) Decreto Estadual nº 1.922/2011 entrou em vigor a partir de 01 de agosto de 2011, revogando o Artigo 3º do Decreto Estadual nº 5.375/2002 e concede crédito presumido do ICMS equivalente ao valor devido pela saída, resultando em carga tributária de 0% para produtos específicos comercializados pela Companhia.
(iv) Decreto do Estado do Paraná nº 2.175/2015, em vigor desde de 01 de setembro de 2015, alterou o artigo 1º do Decreto nº 1.922/2011, limitando o crédito presumido em montante que não exceda o total de débitos de ICMS do estabelecimento no período de apuração.

Como resultado da fruição dos benefícios fiscais acima mencionados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia registrou o montante de R\$ 213.439 (R\$ 250.244 em 31 de dezembro de 2014), relativo à subvenção para investimento, na conta de deduções sobre venda - Impostos sobre vendas, referente à venda de produtos industrializados e manteve o valor de R\$ 12.834 no passivo, sob a rubrica de receita diferida (R\$ 16.785 em 31 de dezembro de 2014). Este valor será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos relacionados e cumprimento de obrigações exigidas em contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no CPC 7 e divulgado na Nota 14.a. O prazo do referido benefício fiscal é indeterminado.

IPI
O crédito do imposto sobre Produtos Industrializados - IPI deve-se à utilização do benefício fiscal previsto na Lei nº 8.248/1991, que concedeu a isenção do IPI posteriormente com venda em redução progressiva, sobre as saídas dos equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos novos, inclusive aos de automação industrial e de processamento de dados de fabricação nacional, combinado com a manutenção e a utilização do crédito do IPI, relativo às matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, empregados na industrialização dos bens. A redução progressiva dos percentuais sobre o referido imposto devido, prevista em lei, obedece ao seguinte calendário:
• Redução de 95% (noventa e cinco por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2024
• Redução de 90% (noventa por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2005 até 31 de dezembro de 2026
• Redução de 70% (setenta por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2027 até 31 de dezembro de 2029, quando será extinta a redução.

Para usufruir do referido benefício, a Companhia deve investir anualmente cerca de 5% do faturamento bruto de bens e serviços de informática (incluindo, em atividades de pesquisa e desenvolvimento e tecnologia de informação calculados de acordo com a Lei nº 8.248/1991 e suas alterações). A Companhia anualmente deve apresentar ao Ministério da Ciência e Tecnologia evidências de que cumpre essa exigência de investimento.

PIS/COFINS
No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia reconheceu créditos temporários de PIS/COFINS, em conformidade com a legislação vigente, no montante de R\$ 19.557.

9. OUTROS CRÉDITOS

Despesas antecipadas (a)
Depósitos judiciais
Juros a apropriar
Outros

Controladora		Consolidado	
2015	2014	2015	2014
10.799	10.804	10.799	13.093
19.569	15.187	19.660	15.294
4.312	4.394	4.312	4.430
7.548	12.811	7.548	12.807
42.228	43.196	42.319	45.624
27.893	26.684	27.893	29.021
14.335	16.512	14.426	16.603

Parcela circulante
Parcela não circulante
Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possui créditos a serem compensados com gastos de propaganda em publicidade, no valor de R\$ 10.181 (R\$ 9.326 em 31 de dezembro de 2014), registrados na conta de despesa antecipada de propaganda. A Administração considera que a realização será em período inferior a 12 (doze) meses.

10. PARTES RELACIONADAS

Transações comerciais

Ativo	Controladora		Compras e serviços								
	2015	2014	2015	2014							
Circulante											
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	473	627	(a)	14	9	1.208	1.236	(f)	186	388	
Sociedade Educacional Positivo Ltda.	23	29	(a)	303	232	-	-	-	-	(g)	
Editora Positivo Ltda.	3.128	1.897	(c)	214	42	(d)	13.167	11.736	(c)	603	589
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	149	1.190	(a)	15	-	(b)	140	150	(a)	70	55
Positivo Educacional Ltda.	-	6	(a)	-	-	82	171	-	-	2.107	1.943
Rosch Administração de Bens Ltda.	12	12.464	(k)	749	-	-	-	-	-	10.294	12.485
Positivo Informática da Bahia Ltda.	3.860	3.905	(k)	-	-	-	-	-	-	-	-
Bozoo Com. de Equipamentos Ltda.	10	142	(l)	-	-	-	-	-	-	-	-
Informática Fleguina S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Portal Mundo Positivo Ltda.	-	-	-	536	536	-	-	-	-	-	-
Crounal S.A.	-	-	-	333	-	-	-	-	-	6.541	(h)
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	893	-	(m)	201	-	-	-	-	-	4.727	(m)
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	-	21.515	(n)	8	(i)	123.627	111.566	(h)	25.855	39.018	
	8.548	41.774		2.164	1.028		138.224	124.859		50.383	54.473

incantados, em atividades de pesquisa e desenvolvimento e tecnologia de informação calculados de acordo com a Lei nº 8.248/1991 e suas alterações. A Companhia anualmente deve apresentar ao Ministério da Ciência e Tecnologia evidências de que cumpre essa exigência de investimento.

Circulante
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.
Sociedade Educacional Positivo Ltda.
Editora Positivo Ltda.
Gráfica e Editora Posigraf S.A.
Positivo Educacional Ltda.
Positivo Educacional Ltda.
Rosch Administração de Bens Ltda.
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.
PDG Rwanda Limited
Informática Fleguina S.A.

As transações entre partes relacionadas acontecem em condições de preços e prazos pactuados entre as partes.
(a) Vendas de micro-computadores
(b) Produtos e serviços gráficos - Gráfica e Editora Posigraf S.A.
(c) Refer-se à compras de produtos e serviços gráficos realizadas pela Companhia.
(d) Direitos autorais - Editora Positivo Ltda.
(e) Diretos autorais são referentes à disponibilização, pela Positivo Informática S.A., de acessos aos sites na internet denominados "Portal Positivo", "Portal Aprenda Brasil" e a plataforma multimídia denominada "Positivo Digital" aos clientes indicados pela Editora Positivo Ltda., bem como acesso a livros digitais aos clientes da área de ensino particular e o fornecimento de acesso a conteúdos digitais através de links inseridos nos livros impressos.
(f) A Companhia disponibiliza o acesso ao "Portal Positivo" e livros digitais para todas as instituições conveniadas pela Editora Positivo ao Sistema Positivo de Ensino, denominado SPE, e o acesso ao "Portal Aprenda Brasil" para todas as instituições conveniadas pela Editora Positivo ao Sistema de Ensino Aprenda Brasil, denominado SABE.
(g) Conforme contratos firmados, a Companhia recebe remuneração específica pelo acesso ao "Portal Positivo" no montante de R\$ 3.555 por ano, dividida em doze parcelas mensais e pelo acesso ao "Portal Aprenda Brasil" de R\$ 945 por ano, dividida em doze parcelas mensais.
(h) Em 13 de julho de 2015, a Editora Positivo Ltda. contratou a Companhia para o desenvolvimento de plataforma multimídia com conteúdo educacional denominada "Positivo Digital". O valor total do contrato é R\$ 9.390 sendo R\$ 7.500 pelos serviços de desenvolvimento (saldo remanescente - 24 parcelas mensais de R\$ 222) e R\$ 1.890 pela transferência dos direitos autorais e patrimoniais a contrairme (saldo remanescente 12 parcelas mensais de R\$ 63).
(i) Serviços editoriais
Referem-se à contratação de serviços editoriais, os quais são aplicados nos produtos gráficos produzidos pela Gráfica e Editora Posigraf S.A. e demais gráficas contratadas pela Companhia.
(j) Aluguel - Rosch Administração de Bens Ltda.
(k) A Companhia possui contrato de aluguel de unidades industriais com parte relacionada que expira a cada seis anos no valor mensal de R\$ 858. O valor é reajustado anualmente, por índice previsto em contrato. Além disso, o valor é passível de repactuação, mediante a formalização de aditivo contratual em caso de ampliação das áreas construídas para aumento da capacidade produtiva e introdução de beneficiárias da locadora.
(l) Convênio - Centro de Estudos Superiores Positivo
A Companhia firmou convênio com a Universidade Positivo referente ao programa de cooperação e intercâmbio científico e tecnológico, amparado pela legislação brasileira, Lei nº 11.077/2004 e Decreto nº 5.906/2006, relativo à capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação, abrangendo atividades de pesquisa, desenvolvimento e serviços científicos e tecnológicos, formação e treinamento de recursos humanos, absorção e transferência de tecnologias, aprimoramento e otimização do uso da infra-estrutura laboratorial.
(m) Contas-corrente - Positivo Informática da Amazônia Ltda.
A Companhia mantém operação de conta-corrente com a controlada Positivo Informática da Amazônia Ltda., com finalidade de controlar a pluralidade de lançamentos, créditos e débitos, habituais existentes entre as partes oriundos de operações mercantis. Tal conta-corrente não dá origem a débitos.

Positivo Informática S.A.
 CNPJ nº 81.243.735/0001-48

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

prazo previsto para liquidação, como também a incidência de encargos financeiros. Com a incorporação da controlada ocorrida em agosto de 2015 os saldos ativos e passivos entre as partes foram compensados.

- (h) **Venda**
A Companhia e suas controladas realizam vendas de insumos para produção para suas controladas e controladas em conjunto.
- (i) **Compra**
A Companhia efetua compra de produtos acabados da controlada para posterior revenda a clientes.
- (j) **Ratão de despesas**
Ratão de despesas administrativas e serviços compartilhados com a Sociedade Educacional Positivo Ltda., Gráfica e Editora Posigraf S.A. e Editora Positivo Ltda. Despesas estas relativas ao uso compartilhado do departamento de compras de materiais de expediente, departamento pessoal e departamento de informática, além de reembolso de aluguel, energia, água e telefone da sede onde funciona a área de Tecnologia Educacional. O valor do ratão é apurado pelo custo efetivo, rateado em função da utilização dos recursos disponíveis.
- (k) **Conta-corrente - Positivo Informática da Bahia Ltda. e Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.**
A Companhia mantém operação de conta-corrente com a Positivo Informática da Bahia Ltda. e Boreo Comércio de Equipamentos Ltda., com finalidade de controlar a pluralidade de lançamentos, créditos e débitos habituais existentes entre as partes oriundos de operações mercantis. Tal conta-corrente não tem prazo previsto para liquidação, como também a incidência de encargos financeiros.
- (l) **Informática Figueira S.A.**
Os saldos em aberto são oriundos de operações mercantis de venda de insumos para produção, respeitando os prazos estabelecidos em cada operação.
- (m) **Serviços de desenvolvimento**
Refere-se à contratação de serviços de desenvolvimento de softwares e aplicativos utilizados na produção, comercialização e em melhorias operacionais.
- (n) **Remuneração da administração**
O montante reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, como remuneração dos administradores, foi de R\$ 7.197 (R\$ 9.730 em 31 de dezembro de 2014), referente a benefícios de curto prazo. A Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2015 aprovou para o exercício de 2015, a remuneração dos administradores até o máximo de R\$ 11.780 (R\$ 11.500 em 2014).

II. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2014	Integralização de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31/12/2015
Investimentos					
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	(a) 43.478	-	(8.964)	-	(34.514)
Portal Mundo Positivo Ltda.	(d) 616	-	-	69	685
Positivo Informática da Bahia Ltda.	(b) -	7.088	2.111	115	9.314
Crounal S.A.	(c) -	3.494	(1.084)	(1.341)	1.069
	44.094	10.582	(7.937)	(1.226)	(34.445)
Provisão para passivo a descoberto					
Positivo Informática da Bahia Ltda.	(b) (4.401)	-	-	-	-
Crounal S.A.	(c) (2.393)	-	-	-	-
	(6.794)	6.794	-	-	-

A participação em controladas (diretas e indiretas) está demonstrada na nota 2.2 (a).
 A participação da Companhia nos ativos, passivos, patrimônios líquidos e resultados nas controladas diretas e indiretas, todas de capital fechado, são conforme segue:

	Controladora				
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
31 de dezembro de 2015					
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	-	-	-	269.961	(8.964)
Positivo Informática da Bahia Ltda.	15.396	6.082	9.314	1.387	2.111
Portal Mundo Positivo Ltda.	687	2	685	-	-
Crounal S.A.	57.042	55.973	1.069	73.366	(1.084)
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.					
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	165.753	122.274	43.479	242.144	(19.310)
Positivo Informática da Bahia Ltda.	14.217	18.618	(4.401)	603	180
Portal Mundo Positivo Ltda.	686	2	684	387	353
Crounal S.A.	26.552	28.945	(2.393)	61.275	(203)
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.	403	6.381	(5.978)	-	(3.196)

(a) **Positivo Informática da Amazônia Ltda.**
 Em 28 de agosto de 2015, a Companhia incorporou a controlada direta, Positivo Informática da Amazônia Ltda., e devido à reestruturação societária constituiu uma filial com objeto social igual ao da controladora. O valor do acervo líquido da controlada incorporado pela Companhia foi apurado com base nos livros contábeis e é representado conforme abaixo:

Positivo Informática da Amazônia Ltda. - Acervo incorporado em 28 de agosto de 2015	
Ativo	Passivo
Caixa e equivalentes de caixa	Fornecedores
Contas a receber	Emprestimos - terceiros
Estoques	Salários e encargos a pagar
Impostos a recuperar	Provisões
Adiantamentos diversos	Tributos a recolher
Outros créditos	Partes relacionadas
Tributos diferidos	Outras contas a pagar
Investimentos em controladas	
Imobilizado	
Intangível	
Total dos Ativos Incorporados	Total dos Passivos Incorporados
211.872	177.358
	Acervo Líquido Incorporado
	34.514

(b) **Positivo Informática da Bahia Ltda.**
 Em 08 de abril de 2012, a Companhia constituiu a controlada direta Positivo Informática da Bahia Ltda., que iniciou suas atividades em 2009. Naquele exercício, esta controlada direta realizou a aquisição da Boreo Comércio de Equipamentos Ltda. Em 18 de setembro de 2015 a Companhia efetuou o aumento de capital na Positivo Informática da Bahia Ltda., integrando R\$ 11.489 através de créditos que detinha com a controlada.

(c) **Crounal S.A.**
 Em fevereiro de 2011, a Companhia adquiriu a controlada direta Crounal S.A., cuja sede é em Montevideo - Uruguai. O objeto social desta controlada é o mesmo da controladora. Em 18 de dezembro de 2015, a Companhia efetuou a integralização de capital no valor de R\$ 5.887.

(d) **Portal Mundo Positivo Ltda.**
 Em 09 de abril de 2012, a Companhia, em sociedade com sua controlada Positivo Informática da Amazônia Ltda., adquiriu a empresa Portal Mundo Positivo Ltda. Não houve pagamento de ágio na aquisição. Com a incorporação da Positivo Informática da Amazônia Ltda. a Companhia passou a deter a integralidade do investimento nesta sociedade.

12. INVESTIMENTO EM EMPREENDIMENTO CONTROLADO EM CONJUNTO ("JOINT VENTURE")

a) **Controladora**

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2014	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos propostos	Saldo em 31/12/2015
Empreendimento controlado em conjunto					
Informática Figueira S.A. (a)	58.880	6.654	(8.475)	(16.737)	40.322
	58.880	6.654	(8.475)	(16.737)	40.322

Em 2015 houve a distribuição de dividendos pela investida Informática Figueira S.A., no montante de R\$ 16.737, os quais devido a variações cambiais e impostos geraram saldo líquido de entrada no caixa no montante de R\$ 11.591.

b) **Consolidado**

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2014	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos propostos	Saldo em 31/12/2015
Provisão para passivo a descoberto					
BR Code Desenvolvimento de Software S.A. (b)	(241)	(93)	-	-	(334)
	(241)	(93)	-	-	(334)

c) **Empreendimento controlado em conjunto**

	Empreendimento controlado em conjunto				
	Saldo em 31/12/2014	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos propostos	Saldo em 31/12/2015
Informática Figueira S.A. (a)	58.880	6.654	(8.475)	(16.737)	40.322
PBG Rwanda Limited (c)	3	1.081	115	-	1.199
Muserfer S.A.					
	58.883	7.735	(8.360)	(16.737)	41.521

Provisão para passivo a descoberto
 BR Code Desenvolvimento de Software S.A. (b)

Saldo em 31/12/2014	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos propostos	Saldo em 31/12/2015
(241)	(93)	-	-	(334)
(241)	(93)	-	-	(334)

A participação em Controladas em conjunto ("Joint Venture") está demonstrada na nota 2.2 (b).

(a) **Informática Figueira S.A.**
 Em 03 de dezembro de 2010, a Companhia constituiu uma *Joint Venture* com a empresa argentina BGH Sociedad Anónima ("BGH"), a qual tem por objeto a fabricação e a comercialização de produtos de informática (*notebooks, all-in-ones, e-books e tablets*) na Argentina e no Uruguai. Para a constituição da *Joint Venture*, a Companhia adquiriu 50% (cinquenta por cento) do capital social da sociedade argentina Informática Figueira S.A., que era de titularidade direta e indireta da BGH. O valor pago na aquisição foi de R\$ 21 sem pagamento de ágio.

(b) **BR Code Desenvolvimento de Software S.A.**
 Em 23 de maio de 2014, a Companhia, adquiriu integralmente a empresa BR Code Desenvolvimento de Software S.A., cujo capital social é de R\$ 50, e que tem como objetivo social de softwares, a prestação de serviços de manutenção e atualização de softwares, licenciamento e cessão de direitos de uso de software. Não houve pagamento de ágio na aquisição. Em outubro de 2014 foi assinado acordo de acionistas com o controle compartilhado, junto ao grupo BOROS, passando assim, o investimento de controlada para investimento em empreendimento em conjunto ("Joint Venture").

(c) **PBG Rwanda Limited**
 Em 10 de outubro de 2014, a Companhia constituiu em parceria com o Grupo BGH a controlada em conjunto PBG Rwanda Limited. A controlada em conjunto celebra, em 15 de novembro de 2014, contrato com o governo de Ruanda para produção e venda de dispositivos educacionais sob a marca Positivo BGH no mercado local, o qual contempla a construção de uma fábrica com área total de 7.500 m² em Kigali, capital de Ruanda, com capacidade produtiva nominal mensal de 60 mil PCs e tablets. O acordo com o governo local prevê a contratação de um volume mínimo de 750 mil equipamentos, com cronograma de entrega distribuído ao longo de cinco anos.

A participação da Companhia no ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado nos empreendimentos controlados em conjunto são conforme segue:

	Controladora				
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
31 de dezembro de 2015					
Informática Figueira S.A.	167.857	127.535	40.322	238.382	6.654
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	321	655	(334)	2.105	(93)
PBG Rwanda Limited	20.200	19.001	1.199	28.418	1.081
31 de dezembro de 2014					
Informática Figueira S.A.	147.129	94.014	53.115	234.933	22.332
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	216	696	(480)	565	(530)
PBG Rwanda Limited	4.620	4.617	3	-	-

13. IMOBILIZADO

	Controladora							
	31/12/13	Adições	Transferências	31/12/14	Adições	Transf./Baixas	Incorporação	31/12/15
Custo								
Máquinas e equipamentos	53.351	4.350	430	58.131	1.472	(1.568)	1.789	59.824
Beneficiários s/móvel locado	18.098	312	-	18.410	26	971	1.184	20.591
Hardware	34.660	831	-	35.491	1.662	(2.71)	561	37.443
Móveis e utensílios	6.492	52	-	6.544	991	34	340	7.909
Instalações industriais	6.457	515	-	6.972	7.398	-	1.761	16.133
Edificações	2.000	-	-	2.000	-	-	-	2.000
Outros imobilizados	1.530	-	(430)	1.100	2.399	(233)	5	3.271
	122.588	6.062	-	128.650	13.948	(1.067)	5.640	147.171
Depreciação								
Máquinas e equipamentos	(23.004)	(6.431)	-	(29.435)	(7.756)	764	(589)	(37.016)
Beneficiários s/móvel locado	(6.800)	(1.704)	-	(8.504)	(2.498)	36	(405)	(11.371)
Hardware	(25.044)	(7.760)	-	(32.804)	(3.792)	2.320	(468)	(34.744)
Móveis e utensílios	(3.761)	(634)	-	(4.395)	(621)	31	(147)	(5.132)
Instalações industriais	(3.124)	(815)	-	(3.939)	(1.033)	26	(239)	(5.185)
Edificações	(467)	(80)	-	(547)	-	80	-	(467)
Outros imobilizados	(12)	(18)	-	(30)	(21)	-	(2)	(53)
	(62.212)	(17.442)	-	(79.654)	(15.721)	3.257	(1.850)	(93.968)
Valor líquido	60.376	(11.380)	-	48.996	(1.773)	2.190	3.790	53.203

Consolidado

	Consolidado							
	31/12/13	Adições	Transferências	31/12/14	Adições	Transf./Baixas	Incorporação	31/12/15
Custo								
Máquinas e equipamentos	54.068	4.380	430	58.878	1.508	(562)	1.789	59.824
Beneficiários s/móvel locado	18.717	838	-	19.555	49	987	20.591	
Hardware	35.125	917	-	36.042	1.662	(261)	37.443	
Móveis e utensílios	6.696	59	-	6.755	1.083	71	7.909	
Instalações industriais	6.824	517	-	7.351	8.784	(2)	16.133	
Edificações	2.000	-	-	2.000	-	-	2.000	
Outros imobilizados	1.536	-	(430)	1.106	2.399	(234)	3.271	
	124.976	6.711	-	131.687	15.485	(11)	147.171	
Depreciação								
Máquinas e equipamentos	(23.361)	(6.507)	-	(29.868)	(7.911)	763	(37.016)	
Beneficiários s/móvel locado	(7.004)	(1.798)	-	(8.802)	(2.606)	37	(11.371)	
Hardware	(25.442)	(7.804)	-	(33.246)	(3.818)	2.320	(34.744)	
Móveis e utensílios	(3.844)	(673)	-	(4.516)	(647)	31	(5.132)	
Instalações industriais	(3.253)	(868)	-	(4.121)	(1.090)	26	(5.185)	
Edificações	(467)	(80)	-	(547)	-	80	(467)	
Outros imobilizados	(12)	(19)	-	(31)	(22)	-	(53)	
	(63.383)	(17.748)	-	(81.131)	(16.094)	3.257	(93.968)	
Valor líquido	61.593	(11.037)	-	50.556	(609)	3.256	53.203	

Nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a Companhia não possui bens do ativo imobilizado dados em garantia.

14. INTANGÍVEL

	Controladora						
	31/12/13	Adições	31/12/14	Adições	Transf./Baixas	Incorporação	31/12/15
Custo							
Projetos de desenvolvimento (a)	124.015	14.290	138.305	50.355	1.413	13.966	204.039
Projetos sistema - ERP	45.763	224	45.987	138	4	46	46.129
Software	14.614	1.627	16.241	2.296	(45)	85	18.577
Licenças de uso	6.026	-	6.026	131	(2.894)	-	3.263
	190.418	16.141	206.559	52.920	(1.522)	14.051	272.008
Amortização							
Projetos de desenvolvimento	(71.077)	(24.360)	(95.437)	(44.894)	(5.614)	(7.987)	(153.923)
Projetos sistema - ERP	(35.272)	(8.907)	(44.179)	(3.266)	2.842	46	(44.603)
Software	(11.470)	(1.917)	(13.387)	(1.374)	46	(50)	(14.765)
Licenças de uso	(5.917)	(109)	(6.026)	(15)	2.901	-	(3.140)
	(123.736)	(35.293)	(159.029)	(49.549)	175	(8.037)	(216.440)
Valor líquido	66.682	(19.152)	47.530	3.371	(1.347)	6.014	55.568

Positivo Informática S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

conhecida como Lei da Informática, regulamentada pelo Decreto nº 792, de 23 de outubro de 1991. A referida Lei foi alterada pela Lei 10.176, de 11 de janeiro de 2001, regulamentada pelo Decreto 3.800, de 20 de abril de 2001, a qual no ano de 2004 foi novamente alterada pela Lei nº 11.077 de 30 de dezembro de 2004, regulamentado pelo Decreto 5.006/2006 de 26 de setembro de 2006.

Para fazer jus ao benefício, as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática devem investir, anualmente, em atividades de desenvolvimento em tecnologia da informação a serem realizadas no país, percentual mínimo do seu faturamento. O cálculo do percentual mínimo a ser investido tem como base 5% do faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de informática incentivados na forma da Lei, sendo que, do faturamento bruto são deduzidos as vendas de mercadorias, os tributos correspondentes, bem como o valor das aquisições de produtos incentivados na forma da lei. Os percentuais para investimento têm sua base reduzida em 20% até 2029, complementada por redução adicional de 25% até 31 de dezembro de 2029.

A obrigação de investimentos relativa ao exercício de 2015 e de RS 38.435. De janeiro a dezembro de 2015 foi investido a totalidade da obrigação. Os dispêndios são aplicados no aperfeiçoamento dos produtos existentes e no desenvolvimento de novos produtos, compreendendo essencialmente: mão de obra direta e indireta, encargos, softwares, serviços de consultoria, materiais, infraestrutura, viagens, e outros correlatos. A amortização do investimento foi realizada, substancialmente, em 3 anos com base no histórico de recuperabilidade dos projetos.

A amortização destes projetos foi contabilizada na conta de custo dos produtos vendidos.

(b) Ágio
Em dezembro de 2009, a controlada Positivo Informática da Bahia Ltda. formalizou a aquisição da empresa Boreo Comércio de Equipamentos Ltda., gerando um ágio de RS 14.173, registrado na aquisição e fundamentado na expectativa de geração de rentabilidade futura.

O valor recuperável do ágio é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovados pela Administração à taxa de desconto de 16,41% ao ano.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Fornecedores - mercado externo	161.418	175.776	185.134	232.526
Fornecedores - mercado interno	67.027	51.966	67.711	62.686
Direitos autorais e licenças de uso a pagar	26.010	11.362	26.010	11.362
Variável cambial fornecedor	6.748	5.441	6.748	6.966
Juros a apropriar - AVP Fornecedores	(2.522)	(1.999)	(2.522)	(2.517)
	258.681	242.546	260.091	311.023

Os Direitos autorais e licenças de uso a pagar, representam obrigação pela aquisição de uso de direito de softwares da Microsoft Corporation. Tais direitos estão formalizados através de *license agreement* celebrados entre as partes e são renovados periodicamente. O prazo médio de pagamento para fornecedores é de 64 dias. O ajuste a valor presente das contas a pagar aos fornecedores é calculado para demonstrar a obrigação do fluxo de caixa futuro descontado a valor presente. A Companhia considera o prazo de pagamento de cada transação a prazo, e calcula o desconto desta transação utilizando a taxa do CDI (Certificados de Depósito Interbancário) como referência.

16. EMPRÉSTIMOS

	Taxa média contratual (a.a.)	Taxa swap em % CDI	Vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
					2015	2014	2015	2014
Ao custo amortizado								
Passivo Circulante								
Capital de Giro	2,31% + VC	110,30%	11/03/2015	Nota promissória	23.313	-	23.313	-
Capital de Giro	2,21% + VC	118,50%	14/05/2015	Nota promissória	11.270	-	11.270	-
Capital de Giro	2,21% + VC	118,95%	21/05/2015	Nota promissória	18.052	-	18.052	-
Capital de Giro	2,56% + VC	105,78%	03/12/2015	Nota promissória	17.971	-	17.971	-
Capital de Giro	2,58% + VC	107,85%	08/12/2015	Nota promissória	50.731	-	50.731	-
Capital de Giro	2,38% + VC	107,85%	11/12/2015	Nota promissória	18.236	-	18.236	-
Capital de Giro	3,22% + VC	110,30%	04/03/2016	Nota promissória	39.058	-	39.058	-
Capital de Giro	3,03% + VC	118,80%	08/03/2016	Nota promissória	32.321	-	32.321	-
Capital de Giro	3,87% + VC	115,80%	11/15/2016	Nota promissória	15.827	-	15.827	-
Capital de Giro	3,98% + VC	127,18%	22/06/2016	Nota promissória	39.101	-	39.101	-
Capital de Giro	5,24% + VC	118,00%	29/11/2016	Nota promissória	27.445	-	27.445	-
Capital de Giro	5,27% + VC	118,00%	06/12/2016	Nota promissória	76.932	-	76.932	-
Capital de Giro	5,30% + VC	118,00%	09/12/2016	Nota promissória	27.414	-	27.414	-
Capital de Giro	2,98% + VC	110,04%	13/05/2016	Nota promissória	31.818	-	31.818	-
Capital de Giro	3,12% + VC	106,95%	08/08/2016	Nota promissória	39.518	-	39.518	-
Capital de Giro	3,14% + VC	113,40%	20/05/2016	Nota promissória	37.804	-	37.804	-
Capital de Giro	4,62%	N/A	De 03/02/2016 a 07/03/2016	Nota promissória	-	32.122	23.515	-
Capital de Giro	0,98%	N/A	30/06/2015	First loss 10%	1.287	-	1.287	-
Capital de Giro	1,12%	-	De 18/06/2017 a 29/12/2017	Nota promissória	7.512	7.867	7.512	7.867
Capital de Giro	2,04%	-	De 29/09/2019 a 19/12/2019	Nota promissória	3.914	-	3.914	-
Capital de Giro	2,70%	-	De 30/09/2018 a 31/12/2018	Nota promissória	3.463	-	3.463	-
Capital de Giro	122% CDI	-	De 02/07/2018 a 01/12/2016	Estoque/Duplicatas	20.250	-	20.250	-
Capital de Giro	19,84%	N/A	05/01/2016	N/A	6.029	-	6.029	-
Capital de Giro	17,79%	125,79%	16/02/2016	Nota promissória	74.480	-	74.480	-
Debêntures - juros	2%	+ CDI	11/06/2015	Nota promissória	-	8.141	-	8.141
BNDES - FINAME	5,16%	N/A	Até 15/11/2016	Alienação fiduciária	30.477	3.573	30.477	3.897
BNDES	5,91%	N/A	Até 15/12/2016	Carta fiança	50.388	65.301	50.388	65.301
FINIMP	2,11% + VC	103,75%	05/02/2016	Nota promissória	10.214	-	10.214	-
FINIMP	2,19% + VC	92,00%	24/02/2016	Nota promissória	3.989	-	3.989	-
FINIMP	2,19% + VC	107,90%	02/03/2016	Nota promissória	11.681	-	11.681	-
FINIMP	2,19% + VC	100,55%	16/05/2016	Nota promissória	22.514	-	22.514	-
FINIMP	2,81% + VC	100,75%	23/05/2016	Nota promissória	20.928	-	20.928	-
Arrendamento mercantil financeiro	3,80% + CDI	N/A	36 meses	Alienação fiduciária	1.777	350	1.777	350
					634.854	226.092	666.976	249.931
Passivo não circulante								
Debêntures	2%	+ CDI	11/04/2016	Estoque/duplicatas	-	100.340	-	100.340
BNDES	5,91%	N/A	Até 15/04/2019	Carta fiança	100.926	138.972	100.926	138.972
Capital de Giro	1,12%	-	De 18/06/2017 a 29/12/2017	Nota promissória	4.058	20.105	4.058	20.105
Capital de Giro	2,04%	-	De 29/09/2019 a 19/12/2019	Nota promissória	8.324	-	8.324	-
Capital de Giro	2,70%	-	De 30/09/2018 a 31/12/2018	Nota promissória	4.274	-	4.274	-
Capital de Giro	122% CDI	-	De 02/07/2018 a 01/12/2016	Estoque/Duplicatas	32.061	-	32.061	-
FINIMP	5% + TR	-	15/05/2021	Carta fiança	11.192	-	11.192	-
BNDES - FINAME	5,16%	N/A	Até 15/06/2018	Alienação fiduciária	20.769	9.246	20.769	9.801
					181.604	268.663	181.604	269.218
					816.458	494.755	848.580	519.149

Total de empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e empresas controladas não consta nenhuma cláusula restritiva ("covenants") que esteja atrelada ao cumprimento de indicadores financeiros.

Os valores contábeis de empréstimos e financiamentos da Companhia se aproximam com seus valores justos, exceto linhas captadas junto ao BNDES que apresentam condições diferenciadas com relação a prazos e custos.

(a) BNDES
No exercício de 2010, a Companhia firmou contrato para obtenção de linhas especiais de financiamento junto ao BNDES, no montante de até RS 147.000, os quais foram captados integralmente e direcionados para atividades inovadoras.

Durante o exercício de 2013, a Companhia aprovou a contratação de nova linha de empréstimo junto ao BNDES, no montante de até RS 173.093 com prazo de amortização total de 6 anos. Os recursos serão destinados majoritariamente ao plano de inovação da Companhia, com foco em atividades de pesquisa e desenvolvimento, novos produtos, convergência digital e smartphones. Adicionalmente, uma parte dos recursos apoiará a modernização da infraestrutura industrial e de TI da Companhia. Os recursos foram integralmente captados em tranches, de acordo com a evolução dos projetos e respectivas comprovações junto ao BNDES e possuem carência durante os primeiros 24 meses. No exercício de 2015, a Companhia captou o montante de RS 65.870.

(b) Debêntures
Em 13 de fevereiro de 2015, a Administração decidiu exercer a aquisição facultativa da totalidade das debêntures da Primeira Emissão, conforme previsto na cláusula 6.19 da Escritura de Emissão, para manutenção em tesouraria e subsequente cancelamento. Sendo assim, nesta data, foi realizado o pagamento total antecipado da dívida com debêntures, totalizando RS 110.252.

(c) Contratação de contas a pagar
Compreende operação de "risco sacado", que consiste na antecipação por parte dos fornecedores de títulos em aberto, onde o banco antecipa o valor para o fornecedor na data da solicitação e recebe posteriormente na data de vencimento o valor devido pela Companhia.

Os vencimentos de empréstimos de longo prazo são como seguem:

ANO	Controladora e Consolidado
2017	97.561
2018	64.429
2019	16.687
2020	2.066
2021	861
Total	181.604

17. PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Passivo Circulante				
Provisão para garantias e assistência técnica	(a)	52.846	39.741	53.062
Provisão para comissões	(c)	18.730	17.313	18.730
Provisão para fretes	(b)	151	3.583	151
Provisão para rebate	(d)	2.613	1.648	2.613
Provisão para VPC	(f)	9.699	8.288	9.699
Outras provisões		13.179	5.702	13.179
		97.218	76.275	97.434
Passivo Não Circulante				
Provisão para garantias e assistência técnica	(a)	18.244	18.575	19.394
		115.462	94.850	116.828

(a) Provisão para garantias e assistência técnica
Com base no número de computadores em garantia e no prazo de cada garantia concedida sobre estas máquinas e, adicionalmente, em função do histórico recente de frequência de atendimentos por máquina e do custo médio por atendimento de assistência técnica, estimou-se o valor da provisão necessária para fazer frente à obrigação total assumida, em relação aos equipamentos em garantia nas respectivas datas-base.

(b) Provisão para frete e Verba de Propaganda Cooperada
Os valores provisionados como verba de propaganda cooperada são calculados com base em percentuais acordados entre as partes e se trata de verbas para inserções promocionais e exposição dos produtos da Companhia. Os percentuais dessa verba são negociados individualmente com cada cliente.

(c) Provisão para comissões
A provisão para comissões é calculada tomando-se por base o percentual individual de comissões registradas nos pedidos de vendas. Os valores provisionados como rebate são calculados com base em percentuais históricos e demandas adicionais, negociados individualmente com cada cliente. São verbas destinadas para reposicionamento de preço, estimulando as vendas do varejo.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
PIS e COFINS				
INSS	2.215	6.772	2.215	8.938
IRRF e CSRF	2.982	3.714	2.986	3.902
IRPJ	2.507	1.514	2.515	1.584
ICMS	1.201	5.821	1.201	6.42
Outros impostos e contribuições	526	732	526	1.000
	1.922	5.713	1.967	5.763
	11.353	19.087	11.410	21.829

19. RECEITA DIFERIDA
Refere-se à parcela da Subvenção para Investimento cuja obrigação de investimento não foi plenamente atendida conforme mencionado na Nota 8. Como resultado da fração dos benefícios fiscais de ICMS no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou o montante no passivo, sob a rubrica de Receita Diferida. Este montante será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos relacionados e cumprimento de obrigação exigida em contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no CPC 7 e divulgada na Nota 14.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Diferido
O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, foram constituídos considerando as alíquotas vigentes em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 apresentando a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ativo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Provisão para garantia	17.968	20.477	18.041	25.625
Estoques obsoletos	15.744	19.849	15.744	21.529
Contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	14.712	15.265	14.814	15.265
Ajuste a valor presente	1.665	21.637	1.665	22.013
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7.964	6.123	7.964	6.238
Provisão para comissões	6.368	5.821	6.368	6.475
Provisões obrigações trabalhistas	3.699	3.699	3.699	3.834
Rebate	888	560	888	838
Provisão para VPC	3.298	-	3.298	4.276
Outras diferenças temporárias	-	-	-	70
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	363.936	343.787	363.936	353.282
Diferido não contabilizado	(350.325)	(361.106)	(350.500)	(377.226)
	82.218	76.112	82.218	82.219
Passivo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Projetos de desenvolvimento de produtos	(8.746)	(15.089)	(8.746)	(15.964)
Diferido não contabilizado	(2.399)	4.878	(2.399)	4.818
	(11.145)	(10.211)	(11.145)	(11.146)
	71.073	65.901	71.073	71.073

O registro do crédito tributário está suportado pelos planos de negócios da Companhia, os quais consideram a ampliação das atividades comerciais, decisão da Administração de distribuir dividendos no Brasil e de lucros tributáveis nas empresas controladas em conjunto no exterior, em níveis dos montantes distribuídos historicamente, utilizando data de recibo de subvenção para investimentos, também na premissa de redução do efeito da subvenção para investimento nos resultados da Companhia, pelas mudanças na legislação e da reorganização societária incorrida em 2015, o que irá gerar lucro tributável suficiente para compensar o referido crédito tributário diferido.

Estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelo Conselho de Administração, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado que a mesma operação, cuja expectativa de realização dos créditos fiscais está representada a seguir:

	Consolidado									
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Expectativa de realização	5.382	7.362	7.483	7.067	6.550	6.051	5.587	5.158	1.632	52.272
Imposto de renda	1.938	2.650	2.694	2.544	2.358	2.178	2.011	1.857	571	18.801
Contribuição social	7.320	10.012	10.177	9.611	8.908	8.229	7.598	7.015	2.203	71.073

Anualmente a Administração reavalia o resultado efetivo desses planos de negócios na geração de lucros tributáveis e, consequentemente, reavalia a expectativa de realização desses créditos tributários.

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro e o prejuízo líquido da Companhia e suas controladas e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia e suas controladas. Os tributos diferidos passivos referem-se a: (f) diferimento de contas a receber de órgãos governamentais e, (ii) incentivo fiscal introduzido pela Lei nº 10.637/2002 e posteriormente alterado pela Lei nº 11.196/2006, que

Positivo Informática S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia possui contingências que estão sendo discutidas judicialmente, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis. A administração da Companhia acredita que a solução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado, que corresponde aos valores das ações consideradas como "perdas prováveis".

Referem-se basicamente à:

	Controladora			Consolidado			Total
	Cível	Tributária	Trabalhista	Cível	Tributária	Trabalhista	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	12.953	11.667	18.295	42.915	13.253	18.295	43.215
Provisões reconhecidas	1.739	6.237	387	8.353	1.739	7.376	9.502
Reversões/Reduções por pagamentos	(4.139)	(692)	(1.540)	(6.371)	(4.439)	(1.540)	(7.520)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	10.553	17.202	17.142	44.897	10.553	17.502	45.197
Provisões reconhecidas	3.014	4.835	2.471	10.120	3.014	4.635	12.471
Reversões/Reduções por pagamentos	(5.704)	(3.186)	(2.856)	(11.746)	(5.704)	(3.186)	(11.746)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	7.863	18.651	16.757	43.271	7.863	16.757	43.571
Circulante			5.500			5.500	
Não Circulante			37.771			38.071	

O montante registrado na controladora, no passivo circulante é de R\$ 5.500 (R\$ 8.297 em 31 de dezembro de 2014) e o registrado no passivo não circulante é de R\$ 37.771 (R\$ 36.600 em 31 de dezembro de 2014).
O montante registrado no consolidado, no passivo circulante é de R\$ 5.500 (R\$ 8.297 em 31 de dezembro de 2014) e o registrado no passivo não circulante é de R\$ 38.071 (R\$ 36.900 em 31 de dezembro de 2014).

Cível
Processos judiciais em que são discutidas questões de natureza comercial, civil relacionadas a reclamações de consumidores sobre produtos e serviços fornecidos pela Companhia. Não há processos individualmente relevantes.

Tributária
Processos administrativos e judiciais envolvendo a discussão da legalidade ou constitucionalidade das exigências de impostos, taxas e contribuições de competência municipal, estadual e federal. Não há processos individualmente relevantes.

Trabalhista
Processos judiciais em que são discutidas a relação de trabalho e a relação de emprego. Não há processos individualmente relevantes.

Perda provável
Os valores das contingências, consideradas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi constituída conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil são demonstradas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Tributárias				
ICMS (a)			16.437	63.238
Outros (b)			205.680	189.272
Trabalhista				
Empregados (c)		125		438
Cíveis				
Órgão Público (d)		6.704		32.213
Consumidor (d)		1.088		2.524
			230.034	287.685

(a) ICMS:
A Companhia apropria-se de crédito do ICMS sobre as operações com produtos remetidos por contribuintes localizados em áreas incentivadas para a unidade de Curitiba, nos termos dos artigos 22 e 23 do Regulamento do ICMS do Estado do Paraná, aprovado pelo decreto estadual nº 1.980/2007. Em conjunto com os seus assessores jurídicos, entende que existem fortes argumentos jurídicos que sustentam a apropriação do crédito de acordo com a legislação regente e jurisprudentia em caso de eventual questionamento pela fiscalização.

(b) Tributárias - Outros (principais valores totalizam R\$ 145.192):
(i) CIDE - Auto de infração exigindo Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico - CIDE sobre remessas de valores ao exterior a título de royalties sobre softwares, realizadas no ano de 2005.

(ii) II e III - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da reclassificação de NCM's das importações de microprocessadores realizadas pela Companhia nos últimos cinco anos. Tal reclassificação teve origem em alteração de critério de classificação fiscal pela Receita Federal.

(iii) II e III - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da reclassificação de NCM's das importações de telas de LCD realizadas pela filial da Companhia localizada em Ilhéus-BA, nos últimos três anos. Tal reclassificação teve origem em alteração de critério de classificação fiscal pela Receita Federal.

(iv) IRPJ e CSLL - Auto de infração que discute a subvenção do Estado do Paraná e requer a glosa dos prejuízos fiscais relativos ao período de 2012. Não apresenta impacto na composição do saldo da tabela acima apresentada, visto que não acarretará em recolhimento de tributos e efeito no resultado.

(c) Trabalhistas
Empregados: Processos judiciais em que são discutidas verbas e indenizações trabalhistas.

(d) Cíveis
(i) Órgãos públicos (principais valores totalizam R\$ 5.065):
Tribunal de Contas do União - TCU: Processo de Tomada de Contas no qual o TCU analisa a regularidade ou não do equilíbrio econômico financeiro concedido pela Companhia de Correios e Telégrafos - ECT ao Consórcio Alpha, formado pela Companhia e pela Novadata Sistemas e Computadores S.A.

Ministério Público de Araras-SP: Ação de Improbidade Administrativa movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, no qual se discute a legalidade de Ato Administrativo praticado pelo Prefeito Municipal de Araras-SP, relativo à aquisição de Lousas Educacionais Interativas, através de Pregão Presencial.

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE-SP: Processo de Tomada de Contas no qual o TCE-SP analisa a regularidade ou não de contrato firmado em 03/2008 com o FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação, em virtude de adesão (corona) à Ata da PRODRAM - Cia de Processamento de Dados do Município de São Paulo.

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE-SP: Procedimento administrativo em relação à adesão do Município de São Bernardo do Campo ao PROUCA para a aquisição de laptops educacionais da Positivo Informática S.A. para o atendimento das redes públicas de ensino nos estados, DF e municípios.

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE-SP: Procedimento administrativo em relação à contratação de computadores pela Fundação Casa - Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - mediante adesão à ata da PRODRAM.

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE-SP: Procedimento administrativo em relação à contratação de equipamentos portáteis denominados laptops educacionais pela Prefeitura Municipal de Cubatão/SP - mediante adesão ao Programa Um Computador por Aluno (PROUCA) do Ministério da Educação.

Ministério Público Federal - MPF: Ação de Improbidade Administrativa movida pelo Ministério Público Federal, no qual se requer a declaração de nulidade do 5º aditivo do contrato 13.346/2002 firmado entre Novadata e Positivo com os Correios e a devolução dos valores, pagos a título de reembolso econômico financeiro.

Procedimento administrativo no fornecimento de equipamentos ao Estado de Pernambuco - Departamento de Infraestrutura para Inclusão Digital - DEID sobre o contrato 02/2007/STE-MC.

(ii) Consumidor: São processos administrativos e judiciais relacionados a reclamações de consumidores sobre produtos e serviços fornecidos pela Companhia, pleiteando a substituição do produto ou a devolução dos valores pagos. No caso de processos administrativos, estes são instaurados por artigos de defesa e proteção ao consumidor tendo por objeto a análise da existência de prática infrativa às relações de consumo, com a possibilidade de aplicação de multas nos termos do decreto 2181/97.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 389.000. O total de ações é de 87.800.000, sendo todas de classe ordinária, distribuídas como segue:

Acionistas	Quantidade de ações (unidades)	
	2015	2014
Controladores e partes relacionadas	62.093.094	62.093.094
Não controladores, partes relacionadas e diretores	32.225	32.225
Ações em tesouraria	2.570.608	2.570.608
Ações em circulação	23.104.073	23.104.073
	87.800.000	87.800.000

Com base na Ata do Reunião de sócios, realizada em 17 de agosto de 2006, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária e de decisão de Assembleia, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, até o limite do capital autorizado da Companhia de 4.500.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal definido.

Os controladores diretos da Companhia são conforme segue:

Controladores diretos	Quantidade de ações ordinárias	
	2015	2014
Hélio Brack Rotenberg	12.418.619	12.418.619
Cixares Libero Vargas	12.418.618	12.418.618
Isabella Cesar Formighieri Moslein	4.139.540	4.139.540
Daniel Cesar Formighieri Rigolino	4.139.540	4.139.540
Sofia Guimarães Von Ridder	4.139.540	4.139.540
Samuel Ferran Lago	4.139.540	4.139.540

Controladores diretos

Paulo Fernando Ferrari Lago
Rodrigo Cesar Formighieri
Lucas Raday Guimarães
Giem Raday Guimarães
Thais Susana Ferrari Lago
Orivisto Guimarães

	Quantidade de ações ordinárias	
	2015	2014
	4.139.540	4.139.540
	4.139.539	4.139.539
	4.139.539	4.139.539
	4.139.539	4.139.539
	4.139.539	4.139.539
	1	1
	62.093.094	62.093.094

(b) Reserva de capital - Incentivos fiscais

Refere-se aos incentivos fiscais detidos pela Companhia, os quais eram contabilizados nesta rubrica até 31 de dezembro de 2007. Após Lei 11.638/07, estes benefícios passaram a ser contabilizados na rubrica de Reservas de Lucros.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Reservas de benefício das opções <i>Stock Option</i>		2.896		2.084
Reservas de subvenção para investimentos		118.305		118.305
		121.201		120.389

(c) Opção de compra concedida pelo plano de compra de ações para os empregados

Em 27 de novembro de 2014 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração um programa que totaliza até 1.756.000 opções de compra de ações, divididas em dois lotes iguais. Atualmente o plano contempla 1.416.000 opções.

Opções de compra concedidas no âmbito do plano de opções de compra de ações para os empregados não dão direito a voto nem a dividendos. Mais detalhes sobre o plano de opção de compra de ações para funcionários estão descritos na Nota 32 destas demonstrações financeiras.

(d) Reserva de lucros

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Reservas de subvenção p/incentivos fiscais	116.365	196.242	116.365	196.242
Reserva legal	81	81	81	81
	116.446	196.323	116.446	196.323

(i) Reserva de subvenção para incentivos fiscais

Conforme mencionado na Nota 8, os valores registrados nesta conta referem-se ao incentivo fiscal de ICMS, em conformidade com o Decreto Estadual nº 5.375/2002 (vigência do Artigo 3º até 31 de julho de 2011), e pelo Decreto Estadual nº 1922/2011 em vigor a partir de 01 de agosto de 2011. Segundo a legislação do Imposto de Renda, a Reserva de Incentivos Fiscais pode ser utilizada para aumento de capital e absonção de prejuízos, não podendo ser distribuída como dividendos, por tratar-se de um benefício do Estado à Companhia para uma atividade específica.

(ii) Reserva legal

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva legal é constituída anualmente, desde que o saldo dessa reserva existente naqueles balanços ou no último balanço anual; poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão ser sempre imputados ao dividendo obrigatório.

Em 30 de abril de 2015 foi aprovado o montante de R\$ 5.818 de dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2014.

(a) Apropriação do lucro/prejuízo

O lucro líquido do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados. Sobre o lucro remanescente, será calculada a participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal, conforme previsto no artigo 152, § 1º da Lei nº 6.404/76, e a reserva legal de 5%, que não excederá 20% do capital social.

A Companhia apresentou prejuízo no exercício de 2015 e por isso o montante foi absorvido pela reserva de lucros, conforme previsto no artigo 189, parágrafo único da Lei nº 6.404/76.

(g) Ações em tesouraria

Para atender ao plano de opções para executivos, a Companhia possui um total de 2.570.608 de ações em tesouraria, adquiridas através do programa de recompra, ao preço médio de R\$ 14,57, no total de R\$ 37.467. Considerando que as ações fossem vendidas ao preço de R\$ 1,70 em 31 de dezembro de 2015 (preço da cotação na referida data), o efeito no patrimônio seria de uma perda de R\$ 33.084 (perda de R\$ 31.966 em 31 de dezembro de 2014).

(h) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, os ganhos e perdas atuariais provenientes do plano de benefício a funcionários e resultado em operações de hedge de fluxo de caixa. Para as variações cambiais o efeito acumulado será revertido ao resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Para perdas e ganhos atuariais, os valores serão reconhecidos no momento da reavaliação do passivo atuarial. As transações de hedge de fluxo de caixa serão transferidas ao resultado do exercício se identificado parcela ineficaz e/ou quando do término da relação de hedge.

23. RECEITA

A seguir, a análise da receita da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receita bruta da venda de produtos	1.721.879	2.340.239	1.948.012	2.511.928
Receita bruta de serviços prestados	46.418	59.597	47.970	60.674
Receita Bruta Total:	1.768.297	2.399.836	1.995.982	2.572.602
Menos:				
Impostos sobre vendas	(296.979)	(391.218)	(345.951)	(436.620)
Subvenção para investimento	213.439	250.244	248.091	280.688
Devoluções e abatimentos	(56.111)	(80.112)	(54.931)	(85.101)
Receita Líquida	1.628.646	2.178.750	1.843.191	2.331.559

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. A informação sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	1.210.900	1.595.065	1.377.390	1.713.689
Despesas com pessoal	171.674	164.571	178.948	174.612
Despesas gerais	45.333	66.052	49.679	70.784
Despesa com serviços com terceiros	50.177	53.885	50.743	61.642
Despesa com verba de propaganda cooperativa	26.868	24.793	37.988	33.920
Despesa com comissões	22.854	28.896	25.122	31.545
Depreciação e amortização	64.436	47.752	66.749	50.501
Outras despesas operacionais líquidas	103.705	128.289	122.165	143.997
	1.695.947	2.109.303	1.908.734	2.280.690
Custo dos produtos vendidos	(3.211.650)	(1.677.473)	(4.966.034)	(3.805.507)
Despesas com vendas	272.186	323.269	305.424	352.847
Despesas gerais e administrativas	102.111	108.561	107.276	122.336
	1.695.947	2.109.303	1.908.734	2.280.690

A depreciação dos bens do imobilizado e a amortização dos intangíveis foram segregados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Custo dos produtos vendidos	29.153	11.666	29.459	11.902
Despesas com vendas	23.539	22.066	24.430	23.242
Despesas gerais e administrativas	11.924	14.000	12.860	15.172
	64.616	47.752	66.749	50.501

25. INFORMACOES POR SEGMENTO DE NEGOCIOS

Para gerar seu negócio e tomar decisões, a Companhia utiliza informações que focam nos canais de venda de produtos e serviços, que são a base na qual reporta suas informações primárias por segmento. Os principais segmentos operacionais da Companhia são: vendas ao varejo e vendas a entidades governamentais. As informações por segmento reportáveis dessas unidades estão apresentadas a seguir:

Positivo Informática S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receita e resultados dos segmentos	Consolidado						Básico	Controladora 2015 2014
	2015		2014		2014			
	Varição	Governo	Segmentos reportáveis	Varição	Governo	Segmentos reportáveis		
Receita líquida de vendas	806.367	673.621	1.479.988	1.100.213	849.321	1.949.534		
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(635.453)	(561.050)	(1.196.503)	(856.406)	(658.394)	(1.514.800)	(79.881)	23.271
Lucro bruto	170.914	112.571	283.485	243.807	190.927	434.735		
Despesas operacionais	(208.202)	(144.646)	(352.848)	(213.111)	(303.859)	(363.951)		
Resultado antes do resultado financeiro	(37.288)	(32.075)	(69.363)	30.696	40.088	70.784		
Resultado financeiro líquido	(11.115)	8.261	(2.854)	(23.545)	(29.471)	(53.016)		
Lucro (prejuízo) antes dos efeitos tributários	(48.403)	(23.814)	(72.217)	7.151	10.617	17.768	(79.881)	23.271
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	-	-	-	(12)	(19)	(31)		
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(48.403)	(23.814)	(72.217)	7.139	10.598	17.737		

A conciliação entre o total das receitas dos segmentos reportáveis com as receitas totais da Companhia e suas controladas é como segue:

	2015	2014
Receita líquida de vendas	1.479.988	1.949.534
Receita líquida de vendas dos segmentos reportáveis	806.367	673.621
Receita líquida de vendas dos segmentos não reportáveis	673.621	1.275.913
	1.843.191	2.331.559

A conciliação entre o total do resultado líquido dos segmentos reportáveis com o resultado líquido da Companhia e suas controladas é como segue:

	2015	2014
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	17.737	17.737
Lucro (prejuízo) líquido do exercício dos segmentos reportáveis	(72.217)	7.139
Lucro (prejuízo) líquido do exercício dos segmentos não reportáveis	(7.664)	5.534
	(79.881)	23.271

A receita dos segmentos apresentada anteriormente não inclui receitas auferidas com controladas. As políticas contábeis para os segmentos reportáveis são as mesmas aplicadas à Companhia. O lucro ou prejuízo do segmento corresponde ao auferido por cada segmento, após a alocação de das as receitas, custos e despesas.

(a) Receita dos principais produtos e serviços
Abertura da receita líquida por produto

	2015	2014
Produtos		
Notebooks	581.261	893.380
Desktops	798.072	976.889
Tablets	107.620	165.455
Telefones Celulares	218.522	108.225
Outros	137.716	187.610
	1.843.191	2.331.559

(b) Ativos e passivos por segmento
Os ativos e passivos da Companhia embora sejam destinados a alguns segmentos, não são gerenciados de maneira independente por se tratar, substancialmente, na fabricação de equipamentos de informática e celulares para atender aos segmentos de vendas.

(c) Informações geográficas
No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas reconheceram R\$ 74.203 de vendas no mercado externo (R\$ 64.517 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014). O restante das vendas ocorreu no território brasileiro.

(d) Informações sobre principais clientes
Três clientes da Companhia foram responsáveis por mais de 30% da receita líquida total no exercício 2015.

26. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ajuste a valor presente - clientes	25.447	24.712	29.554	27.145
Rendimento aplicação financeira	34.708	12.500	34.712	12.501
Outras receitas financeiras	5.907	640	6.044	843
	66.062	37.852	70.310	40.489
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(78.272)	(44.873)	(79.748)	(45.511)
Ajuste a valor presente - fornecedores	(28.691)	(19.851)	(32.352)	(21.662)
Desconto - pagamento antecipado	(1.431)	(6.489)	(1.987)	(6.620)
Imposto sobre operações financeiras	(1.250)	(647)	(1.252)	(648)
Multas contratuais	(576)	(2.836)	(576)	(2.836)
Outras despesas financeiras	(6.599)	(12.106)	(6.729)	(12.202)
	(116.819)	(86.802)	(122.644)	(89.479)
Total das receitas e despesas financeiras	(50.757)	(48.990)	(52.334)	(48.990)
Varição cambial				
Ganho na cobertura cambial	133.418	28.685	133.418	28.685
Perda na cobertura cambial	(38.102)	(31.355)	(38.102)	(31.355)
Ganho na variação cambial	86.729	51.218	95.010	53.614
Perda na variação cambial	(138.442)	(60.789)	(155.782)	(65.554)
	(51.665)	(40.706)	(51.665)	(40.706)
	(7.154)	(61.221)	(17.790)	(63.600)

Abaixo demonstramos o efeito caixa da variação cambial ao longo do ano de 2015 consolidado:

NDF/Opções	Consolidado				
	Total 2015	31/12/15	30/09/15	30/06/15	31/03/15
(+) Saldo inicial	3.412	28.026	4.398	37.366	3.412
(+) Ganho/(Perda) reconhecida no resultado	95.316	(9.615)	60.875	(22.882)	(22.882)
(-) Saldo final	111.944	11.944	28.026	4.398	37.366
(*) Efeito caixa	86.784	6.467	37.247	10.086	32.984
Varição cambial fornecedores					
(+) Saldo inicial	(6.966)	(19.276)	(377)	(19.146)	(6.966)
(+) Ganho/(Perda) reconhecida no resultado	(60.772)	3.799	(38.697)	6.408	(32.282)
(-) Saldo final	(67.738)	(18.477)	(38.074)	(12.738)	(39.248)
(*) Efeito caixa	(60.990)	(8.729)	(19.798)	(12.361)	(20.102)
Ganho/(Perda) líquida reconhecida	34.544	(5.816)	22.178	(16.474)	(16.474)
Efeito líquido no caixa - Aumento/(Redução)	25.794	(2.262)	17.449	(2.275)	(12.882)

27. SEGUROS - CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2015, os contratos de seguros estabelecidos pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida a seguir:

Ramo	Cobertura por eventos	Valor em risco	Vigência
Riscos Nomeados e Operacionais	Danos patrimoniais e Estoques	603.326	01/04/2015 a 01/04/2016
Lucros Cessantes	Lucros cessantes decorrentes de Incêndio	110.000	01/04/2015 a 01/04/2016
Garantia Judicial	Processos judiciais c/cos administrativos em discussão	36.140	06/06/2004 a 06/06/2016
Riscos Nomeados e Operacionais	de informática	100.800	30/09/2015 a 30/09/2016
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil - diretores e administradores	30.000	30/10/2015 a 30/10/2016
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil - Gerentes	1.000	31/03/2015 a 31/03/2016
Riscos Nomeados	Danos patrimoniais	35.000	01/09/2015 a 01/04/2016

Os auditores independentes não avaliaram a suficiência dos montantes contratados para cobrir eventuais sinistros.

28. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste do lucro atribuível aos acionistas da companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias diluídas.

(a) Risco de mercado
A Companhia atua preponderantemente no mercado doméstico, mas realiza importações de insumos do mercado externo, estando, portanto exposta ao risco cambial, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. As principais transações referem-se às contas a pagar e fornecedores estrangeiros (Nota 15) e às operações de empréstimos de capital de giro (Nota 16).

A Administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. A Companhia, cujas operações estão expostas ao risco cambial, é requerida a proteger suas posições via operações de hedge, efetuadas sob a orientação do departamento financeiro. O principal objetivo é proteger seus compromissos assumidos em dólar de oscilações nos preços futuros, de forma a proporcionar maior previsibilidade em sua operação. A Companhia pratica operações de hedge de compra de dólar e/ou também operações de NDF (Non Deliverable Forward), as quais possuem a finalidade de proteção contra as oscilações das taxas de câmbio, cobrindo assim, apenas a exposição cambial pelo prazo de pagamento concedido por fornecedores na compra de componentes importados. Adicionalmente a Companhia pratica operações de Swap com o objetivo de proteger seus empréstimos em moeda estrangeira das oscilações nos preços futuros. As principais análises feitas pelo departamento financeiro para a contratação de instrumentos financeiros derivativos são:

• A partir da análise de balanço em conta a pagar referente às importações, sejam relativos ao material já em estoque, ou do material em trânsito, os contratos derivativos são semanalmente revisados e/ou incrementados.

• O montante e tipo de modalidade a serem contratados são definidos à luz das particularidades de cada uma delas em relação à volatilidade do dólar e perspectivas futuras da economia.

• Com base na análise de sensibilidade da volatilidade do dólar versus as modalidades de hedge contratadas ao longo dos meses, é possível mensurar as possíveis necessidades de caixa para fazer frente aos resultados das operações de NDF.

Ativo	2015		2014	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Contas a receber de clientes e demais contas a receber				
Dólares americanos	382	1.491	382	1.491
Passivo				
Fornecedores mercado externo				
Dólares americanos	(49.432)	(193.024)	(49.432)	(193.024)
Empréstimos				
Dólares americanos	(111.802)	(436.564)	(111.802)	(436.564)
Instrumentos financeiros derivativos				
Swap - Dólares americanos	111.802	436.564	111.802	436.564
NDF's - Dólares americanos	69.593	271.747	69.593	271.747
Opções de compra - Dólares americanos	14.526	56.721	14.526	56.721
	35.069	136.935	35.069	136.935
Exposição Líquida 1				
Projetos de governo				
Dólares americanos	(42.378)	(165.478)	(42.378)	(165.478)
	(7.309)	(28.543)	(7.309)	(28.543)
Exposição Líquida 2				
Ativo				
Contas a receber de clientes e demais contas a receber				
Dólares americanos	277	735	1.690	4.490
Passivo				
Fornecedores mercado externo				
Dólares americanos	(72.223)	(191.839)	(93.589)	(248.590)
Empréstimos				
Dólares americanos	(52.546)	(139.573)	(56.837)	(139.573)
Instrumentos financeiros derivativos				
Swap - Dólares americanos	56.375	149.743	56.837	139.573
NDF's - Dólares americanos	25.843	68.644	25.843	68.644
Opções de compra - Dólares americanos	89.604	238.006	89.604	238.006
	47.330	125.716	23.548	62.550
Exposição Líquida 1				
Projetos de governo				
Dólares americanos	(156.996)	(417.013)	(156.996)	(417.013)
	(109.666)	(291.297)	(133.448)	(354.463)

(b) Risco de crédito
O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, bem como de exposições de crédito a clientes do governo e do varejo. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentes, usualmente classificadas como "instituições de primeira linha". As instituições financeiras com as quais a Companhia opera, são avaliadas pelas agências de classificação de rating como de baixo risco. Para os clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores, conforme detalhado na Nota 6 que traz divulgação adicional sobre o risco de crédito com clientes. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada

Positivo Informática S.A.

CNPJ nº 81.243.735.0001-48

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora			Consolidado		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivo ao valor justo por meio do patrimônio líquido	Outros passivos financeiros	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivo ao valor justo por meio do patrimônio líquido	Outros passivos financeiros
31 de dezembro de 2015						
Passivos, conforme o balanço patrimonial						
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	816.458	-	-	848.580
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	-	265.733	-	-	290.313
Partes relacionadas	-	-	2.164	-	-	1.295
	-	-	1.084.355	-	-	1.140.188
31 de dezembro de 2014						
Passivos, conforme o balanço patrimonial						
Instrumentos financeiros derivativos	5.032	-	-	5.032	-	-
Empréstimos	-	-	494.755	-	-	519.149
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	-	251.705	-	-	320.445
Partes relacionadas	-	-	1.028	-	-	484
	5.032	-	747.488	5.032	-	840.078

A demonstração prospectiva da efetividade do hedge. As posições dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa em aberto em 31 de dezembro de 2015 estão demonstradas a seguir:
Instrumento designados como Hedge de fluxo de caixa - controladora/consolidado

Objeto de proteção	Moeda de referência (Notional)	Valor de referência (Notional)	Valor da curva	Outros resultados abrangentes
Swap de moeda - US\$-R\$	Moeda	BRL	436.564	33.527
				29.123
				4.405

(1) O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determina o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da BM&FBOVESPA.

A Companhia designa como hedge de fluxo de caixa os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de exposição de câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas, diferente da moeda funcional.

As variações no valor justo dos derivativos caracterizados como hedge de fluxo de caixa são reconhecidas no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes e são reclassificadas para o resultado nos períodos em que a operação objeto do hedge é realizada.

Quando um instrumento de hedge deixa de cumprir os critérios para hedge accounting a perda ou ganho acumulado no patrimônio líquido será integralmente revertido para o resultado se a operação prevista também estiver reconhecida no resultado.

Em 31 de dezembro de 2015, os instrumentos designados como hedge de fluxo de caixa totalizavam US\$ 111.802 mil em hedge "notional" R\$ 436.564. Foi reconhecida em "outros resultados abrangentes" no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 um ganho líquido de R\$ 4.405, e no resultado financeiro um ganho de R\$ 91.435.

32. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES
Em 03 de novembro de 2006, os acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as condições gerais do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), detalhadas a seguir.

Estabeleceu-se no Plano que poderão ser beneficiários do Plano os administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ("Beneficiários"). Ainda, foi determinado que as opções outorgadas não excederão o percentual de 3,5% (três e meio por cento) do total de ações do capital da Companhia existentes na data de sua concessão, acrescidas das ações existentes caso todas as opções concedidas nos termos do Plano houvessem sido exercidas. Uma vez exercida a opção pelo Beneficiário, as ações correspondentes são objeto de emissão por meio de aumento do capital da Companhia. Também podem ser oferecidas opções de compra de ações existentes em tesouraria.

O plano deve ser administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção deste último, por um Comitê composto por 3 membros, sendo pelo menos um deles necessariamente membro (titular ou suplente) do Conselho de Administração, O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, terá amplos poderes, respeitados os termos do Plano e, no caso do Comitê, as diretrizes do Conselho de Administração da Companhia para a organização e administração do Plano e das outorgas de opções, podendo, inclusive, a qualquer tempo, (i) alterar ou extinguir o Plano, (ii) estabelecer e regulamentar aplicável aos casos omissos, (iii) prorrogar, mas nunca antecipar, o prazo final para o exercício das opções vigentes; e (iv) antecipar o prazo de carência para o exercício das opções vigentes.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, pode criar, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Programas"), onde serão definidos: (i) os beneficiários, (ii) o número total de ações da Companhia objeto de outorga; (iii) o preço de aquisição; (iv) o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida; (v) os prazos e as datas limite para o exercício da opção, bem como as datas em que os direitos decorrentes da opção expirarão, observadas as hipóteses previstas no Plano; (vi) eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção; e (vii) disposições sobre penalidades.

Quando outorgadas opções no âmbito do Plano, cada Beneficiário deve celebrar com a Companhia um Contrato de Outorga de Compra de Ações, o qual contém as condições específicas e individuais de cada outorga, como a quantidade de ações que o Beneficiário tem direito de adquirir em o exercício da opção, o preço de exercício e o prazo no qual as opções podem ser exercidas.

Em 27 de novembro de 2014 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração um programa que totaliza até 1.756.000 opções de compra de ações ("Plano 2014"), divididas em dois lotes iguais. Atualmente o plano contempla 1.416.000 opções.

Data de vencimento	Contraparte	Valor lastreado		Cotação alvo	
		USD mil	média	USD mil	média
Jul/15 a Ago/15	PINE	2.267	3,4756		
Mai/15 a Jul/15	BTG	940	3,5448		
Ago/15 a Dez/15	Jan/16 a Set/16	BRADESCO	19.212	3,9906	
Ago/15 a Nov/15	Jan/16 a Mai/16	HSBC	1.526	3,8784	
Ago/15 a Nov/15	Jan/16 a Jul/16	SANTANDER	4.060	4,0542	
Dez/15	Fev/16 a Jan/16	SAFRA	5.669	4,1324	
Ago/15 a Dez/15	Jan/16 a Set/16	FIBRA	17.703	3,8920	
Ago/15 a Dez/15	Jan/16 a Ago/16	BANCO DO BRASIL	19.254	3,9403	
Ago/15	Jan/16 a Fev/16	VOTORANTIM	1.082	3,7240	
		69.593	3,9467		

Durante o exercício de 2015 a Companhia reconheceu R\$ 65.741 de ganho líquido no resultado do exercício referente aos contratos liquidados e em aberto (em 2014 perda de R\$ 6.528).

(b) **Contratos de opções de compra de dólar**
Também com o objetivo de proteger as transações em moeda estrangeira com fornecedores do exterior frente à volatilidade do dólar norte-americano, a Companhia contratou opções de compra de dólar. O valor notional em aberto em 31 de dezembro de 2015 era de US\$ 14.526. Os contratos serão liquidados nas suas datas de vencimento, nos seguintes montantes e condições:

Data de vencimento	Contraparte	Valor lastreado	Cotação alvo
USD mil	média	USD mil	média
Jan/16 a Jun/16	VOTORANTIM	5.388	3,8535
Jan/15 a Ago/16	BRADESCO	9.138	4,0892
		14.526	3,9714

Em 2015 foi reconhecido um ganho líquido de R\$ 29.575 (Em 2014 - ganho de R\$ 3.857).

(c) **Swap de taxas de juros - CDI x US\$**
Os "swaps" de taxa de juros são liquidados conforme o seu vencimento estipulado no contrato. A taxa de juros dos "swaps" corresponde à taxa de certificado de depósito interbancário. Em 31 de dezembro de 2015, a taxa média contratada do CDI foi de 116,13% (em 31 de dezembro de 2014, 110%). A Companhia irá liquidar os contratos pelo valor líquido da diferença entre as taxas de juros e a variação cambial.

Instrumentos financeiros designados para contabilização de proteção (hedge accounting)
A partir de 1º de junho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de suas operações sujeitas à contabilização de proteção (hedge accounting) para os instrumentos financeiros derivativos para proteção de empréstimos denominados em moeda estrangeira, os quais compreendem todos os contratos de "swap", documentando:

- O relacionamento do hedge;
- O objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em contratar a operação de hedge;
- A identificação do instrumento financeiro;
- O objeto ou transação de cobertura;
- A natureza do risco a ser coberto;
- A descrição da relação de cobertura;
- A demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura, quando aplicável; e

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Soares Mitri Presidente					
Álvaro Augusto do Amaral	Carlos Augusto Moreira	Hélio Bruck Rotenberg	Gien Raduy Guimarães	Pedro Santos Ripper	Samuel Ferrarri Lago
PRESIDÊNCIA EXECUTIVA					
Hélio Bruck Rotenberg Diretor-Presidente					
Carlos Augusto Moreira Vice-Presidente Executivo	Elaine Guetter Vice-Presidente de Tecnologia Educacional	Idel Ianikievich Vice-Presidente de Finanças	Mariela Andrade Dias Vice-Presidente de Operações	Maurício Roroda Vice-Presidente de Produto e Procurement	
Thiago Rocha Lusso Controlador - CRC 053988/O-2/PR					

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Positivo Informática S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado
Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 03 de março de 2015, que não contém qualquer modificação.
Curitiba, 22 de Março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP-011.609/O-R-F-PP
Cosme dos Santos
Controlador
CRC nº 1 RJ 078.160/O-8



POSITIVO INFORMÁTICA S.A.
 ÍNDICES DE BALANÇO EXERCÍCIO 2015 - CONTROLADORA
 (Valores expressos em milhares de reais)

LIQUIDEZ CORRENTE (LC)

LC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
 LC = $\frac{1.497.478}{1.045.225} = 1,43$

LIQUIDEZ SECA (LS)

LS = $\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$
 LS = $\frac{1.497.478 - 393.439}{1.045.225} = 1,06$

LIQUIDEZ GERAL (LG)

LG = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
 LG = $\frac{1.497.478 + 203.873}{1.045.225 + 239.892} = 1,32$

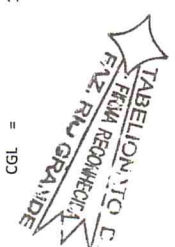
SOLVÊNCIA GERAL (SG)

SG = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
 SG = $\frac{1.861.512}{1.045.225 + 239.892} = 1,45$

CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO

CGL = Ativo Circulante - Passivo Circulante = 452.253
 CGL = 1.497.478 - 1.045.225

Thiago Rocha Losso
 Thiago Rocha Losso
 Contador
 CRC: 053998/O-2 PR
 CPF: 035.418.779-10



POSITIVO INFORMÁTICA S.A.
 ÍNDICES DE BALANÇO EXERCÍCIO 2015 - CONSOLIDADO
 (Valores expressos em milhares de reais)



LIQUIDEZ CORRENTE (LC)

LC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
 LC = $\frac{1.550.611}{1.101.281} = 1,41$

LIQUIDEZ SECA (LS)

LS = $\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$
 LS = $\frac{1.550.611 - 393.709}{1.101.281} = 1,05$

LIQUIDEZ GERAL (LG)

LG = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
 LG = $\frac{1.550.611 + 203.964}{1.101.281 + 241.364} = 1,31$

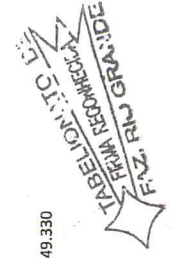
SOLVÊNCIA GERAL (SG)

SG = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
 SG = $\frac{1.919.040}{1.101.281 + 241.364} = 1,43$

CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO

CGL = Ativo Circulante - Passivo Circulante = 449.330
 CGL = 1.550.611 - 1.101.281

Idel Iankievich
 Idel Iankievich
 Diretor - CPF 450.697.949-49





Secretaria de Tecnologia da Informação
STI-3 – Departamento de Apoio aos Usuários
Palácio da Justiça – 3º andar – sala 340
Fone: (11) 3241-1506

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, inscrita no CNPJ n.º 51.174.0001/0001-93, localizado na Rua da Consolação, 1.483 – 8º andar – Consolação - São Paulo/SP., **ATESTA** para devido fins que a empresa **POSITIVO INFORMÁTICA S.A.**, inscrita no CNPJ n.º 81.243.735/0001-48, estabelecida na Rua João Bettega, 5.200, CIC - Curitiba/PR., forneceu os equipamentos de informática no período de Novembro/2013 à Abril/2014, com suporte técnico durante a garantia:

Pregão Eletrônico: N° 171-13
Contratos: 000.245/13
Processo: N° 50689/13
Prazo de Entrega: 30 (trinta) dias
Garantia: 36 (trinta e seis) meses on site


QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO
47.160 (Quarenta e sete mil cento e sessenta) Unidades	Monitor LED 18.5"

Atestamos, ainda, que os produtos são de boa qualidade, que o desempenho e o desenvolvimento técnico-operacional dos equipamentos é satisfatório, que foram entregues dentro das especificações e prazos pactuados e que a empresa vem cumprindo todas as disposições contratuais.

Atestamos também que os serviços de garantia de manutenção destes equipamentos vêm sendo prestados com excelente qualidade, dentro do previsto em Contrato, de forma satisfatória e a contento.

Certificamos ainda o fiel cumprimento, com pontualidade, das obrigações e compromissos assumidos contratualmente, demonstrando idoneidade comercial e técnica, nada havendo que a desabone até a presente data.

São Paulo/SP, 23 de Outubro de 2014.


Marco Antonio Lopes Samaan
Diretor de Departamento de Apoio a Usuários
STI-3
FONE: 32411506
msamaan@tjsp.jus.br



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

TELEFÔNICA DATA S/A inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.027.547/0001-31 e Inscrição Estadual 206.175.310.117, com sede na Av. Tamboré nº 341/371, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, atesta que a **POSITIVO INFORMÁTICA S.A.**, inscrita no CNPJ/MF nº 81.243.735/0001-48, com sede na Rua João Bettega, 5200, em Curitiba – PR, forneceu os equipamentos abaixo relacionados e realizou serviços de instalação de imagem, entrega e distribuição em todo o estado de São Paulo, bem como manutenção dos equipamentos com fornecimento de partes e peças de reposição:

Contrato nº: 07-053997-SP
 Prazo do Contrato: 31/12/2009
 Prazo de Garantia: 02 anos on-site
 Prazo de Entrega: 20 dias
 Prazo de Atendimento: 24 horas úteis
 Prazo de Solução: 24 horas úteis

QUANT.	TIPO	ESPECIFICAÇÃO
11000	Desktop Básico	Microcomputador Marca Positivo Informática, modelo POS-AT Series F, Processador Intel Celeron 450, Memória 1 GB DDR2 667 MHz, Disco Rígido 160 GB SATA 7200 rpm, Unidade óptica Opcional (DVD-RW), Teclado ABNT2, Mouse ótico, Sistema Operacional Windows Vista Business com downgrade para XP Professional.
2050	Desktop Intermediário	Microcomputador Marca Positivo Informática, modelo POS-AT Series Q, Processador Intel Pentium Dual Core E2220, Memória 1GB DDR2 667 MHz, Disco Rígido 160GB SATA 7200rpm, Unidade óptica Opcional (DVD-RW) Teclado ABNT2, Mouse ótico, Sistema Operacional Windows Vista Business com downgrade para XP Professional.
550	Desktop Avançado	Microcomputador Marca Positivo Informática, modelo POS-AT Series D, Processador Intel Core 2 Duo E7300, Memória 2 GB DDR2 667MHz, Disco Rígido 160GB SATA 7200 rpm, Unidade óptica opcional (DVD-RW), Teclado ABNT2, Mouse ótico, Sistema Operacional Windows Vista Business com downgrade para XP Professional.

TABELIONATO DE NOTAS
 MARCELO SILVÉRIO
 Av. Paraná, 1515 - Fone (41) 3627-1364
 A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado neste Tabelionato.
 14 OUT 2016
 FAZENDA RIO GRANDE - PR
 MARCELO RODRIGO MARTINS SILVÉRIO
 Tabelião
 O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA